UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CAMPUS DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO

Sandra Souza da Silva

O processo de nucleação da Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá - Sudeste do Pará

Marabá – PA
2015

Sandra Souza da Silva

O processo de nucleação da Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá no Sudeste do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, sob orientação da Prof.ª Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves.

Marabá – PA
2015

Sandra Souza da Silva

O processo de nucleação da Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá no Sudeste do Pará

Defesa Pública em: 26/04/2016

Conceito: _____

Banca examinadora:

_____
Profa. Me. Ailce Margarida Negreiros Alves (Orientadora)

_____
Profa. Me. Maria Célia Vieira da Silva (Membro)

_____
Profa. Me. Maria Suely Ferreira Gomes (Membro)

Dedico em especial:

A DEUS,

Por ter me concedido a oportunidade de estar na universidade, pelo dom da vida e por me dar forças para vencer os obstáculos durante este curso e que me deu sabedoria para que chegasse até aqui.

A MEU ESPOSO,

Everton dos Santos Marrocos, por estar do meu lado nos momentos em que precisei dele para vencer esta longa batalha, e por sempre me incentivar nos meus estudos.

A MINHA FILHA,

Sâmila Souza da Silva, o meu presente de Deus, que apesar de muito criança e não entender os momentos que ficava sem colo da mamãe, era por ela que eu tinha força para enfrentar os obstáculos durante o curso.

AOS MEUS PAIS,

Raimundo Pereira da Silva e Maria Felix de Souza, que não tiveram oportunidade de estudarem, mas sempre se esforçaram para dar um estudo digno para os filhos.

MEUS IRMÃOS,

A todos meus irmãos, que são oito pelo apoio, e em especial a José Raimundo Felix Pereira, por ter participado da minha formação nos momentos que meus pais tiveram que se ausentar.

AOS PROFESSORES,

Por compartilharem sua sabedoria.

AOS COLEGAS,

Pelos momentos que compartilhamos os conhecimentos, as alegrias e tristezas.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus primeiramente;

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que alcançasse;

Aos meus familiares que me apoiaram durante esta caminhada;

A minha orientadora pela paciência e afeto na conclusão deste trabalho;

Aos colegas e amigos pelo apoio e verdadeiro espirito de companheirismo;

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá,PA

Silva, Sandra Souza da
O processo de nucleação das escolas do campo no município de Jacundá e seus reflexos na Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá / Alda Souza Matos ; orientadora, Alice Margarida Negreiros Alves. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura de Educação do Campo, Habilitação em Ciências Humanas e sociais, Marabá, 2016.

1. Educação rural – Jacundá (PA). 2. Ensino – Jacundá (PA). 3. Socialização. 4. Políticas educacionais. I. Alves, Alice Margarida Negreiros, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 370.19346098115

RESUMO

O trabalho traz para o debate e reflexão sobre a temática da nucleação ou nucleação das escolas do campo a partir da análise da experiência da escola Boa Ventura, no Assentamento Jacundá. Demonstrar-se-á os reflexos e as consequências dessa política para os diversos atores envolvidos neste processo: para a escola Boa Ventura, para as comunidades que tiveram suas escolas fechadas ou alunos deslocados para estudar na escola polo, para as famílias e principalmente para o processo de aprendizagem dos alunos. O desafio deste trabalho foi aprofundar a discussão objetivando contribuir com a educação do campo de maneira a propor melhorias, particularmente na escola Boa Ventura, onde atuo. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários semiestruturados e entrevista. A análise dos resultados se fundamenta na pesquisa qualitativa. Este trabalho está fundamentado nas abordagens propostas por Hage (2012); Sales (2007); Oliveira (2011); LDB 9394/96 e as Diretrizes Operacionais Para Educação Básica nas Escolas do Campo de 2008, entre outros citados ao longo do trabalho. Como resultados parciais, vimos que a polarização implica no fechamento de escolas; no deslocamento de alunos de suas comunidades para a continuidade dos estudos; na reorganização do sistema educacional no campo; e por fim, observamos que a polarização não significa de imediato a qualificação de processos educativos.

Palavras-chaves: polarização; escolas do campo; educação do Campo; Assentamento Jacundá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Figura 01: Localização do Assentamento Jacundá	**22**
Figura 02: Escola desativada em 2010, localizada na Região do Assentamento Jacundá, em consequência do processo de polarização de escolas do campo.	**48**

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental

DEEC – Departamento de Educação do Campo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNDESCOLA – Fundo de Desenvolvimento Escolar

GETAT – Grupo executivo das terras do Araguaia Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Jacundá

SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPITULO 1: O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA E A CONQUIATA DO ASSENTAMENTO JACUNDÁ 14

1.1 Jacundá: reflexos da dinâmica de fronteira amazônica numa sociedade camponesa ribeirinha 14

1.2 Assentamento Jacundá: a trajetória campesina na fronteira 16

1.3 A educação como pilar de resistência e sustentabilidade camponesas . 21

CAPITULO 2: O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS..... 28

2.1 Aspectos Históricos 29

2.2 Aspectos Legais 34

2.3 A polarização da Escola Boa Ventura..... 41

CAPITULO 3: POLARIZAÇÃO DA ESCOLA BOA VENTURA E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE 50

3.1 Como as pessoas veem a polarização 50

3.2 O que foi proposto e o que ocorreu? 53

3.3 Polarização e Educação do Campo 56

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 59

REFERÊNCIAS 63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz para o debate e reflexão o processo de nucleação da Escola Boa Ventura localizada na Vila Santa Clara, no Assentamento Jacundá, município de Jacundá-Pará e seus reflexos na vida e na aprendizagem dos alunos.

O interesse de pesquisar e aprofundar os conhecimentos sobre esta problemática teve início a partir da minha experiência como educadora do campo e especialmente, no decorrer do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Falar de polarização das escolas do campo exige compreender o contexto histórico e social na qual problemática se realiza para que possamos refletir sobre o agravamento da situação. Neste caso, trata-se de uma situação bem singular, por ser uma comunidade camponesa que já vem passando por uma longa trajetória de migração, expulsão por variados fatores.

O processo de polarização de escolas é uma prática que vem sendo adotada pelos gestores municipais através das secretarias municipais de educação em todo o Brasil com a justificativa de melhorias no processo de ensino e aprendizagem mediante a redução do custo benefício, em relação ao número de alunos por turmas e escolas.

Assim, os alunos de várias escolas e de várias comunidades são agrupados em uma escola núcleo, a com melhor infraestrutura física e pedagógica, facilitando assim o processo administrativo para a oferta da educação básica a população do campo. Tal prática consiste ainda no fechamento de escolas e deslocamento de alunos para outra comunidade em que se encontra a escola núcleo, a que na concepção dos gestores públicos possuem melhores estruturas físicas.

Inicialmente, quando foi implantado, o processo de polarizado acontecia no sentido campo-cidade. Os alunos do campo eram deslocados através de transportes escolares para estudar nas escolas da cidade, mas a partir de 2010, houve a implantação da polarização de escolas no sentido campo-campo. Assim, as escolas localizadas em comunidades de maior influência política e com maior número de habitantes foram escolhidas pelos gestores municipais como escola polo. Enquanto, as escolas localizadas em pequenas comunidades, com menor número de alunos, foram fechadas.

Ao todo, quatro escolas foram nucleadas no município de Jacundá em 2010. Esse processo levou ao fechamento de três escolas no município, enquanto as demais

passaram a ser anexas desses polos. Com isso, a escola Boa Ventura passou a ter cinco escolas anexas.

Nacionalmente, de acordo com Hage (2012) em entrevista a página do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), o processo de nucleação nos últimos 10 anos contribuiu para o fechamento de mais de 37 mil escolas do campo.

Este trabalho objetiva compreender os reflexos do processo de polarização da escola Boa Ventura na aprendizagem dos alunos e na vida das famílias dos estudantes. Para alcançar os objetivos estabelecidos neste trabalho usou-se como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica, levantamento documental, pesquisa de campo por meio de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Ao todo foram pesquisadas 31 pessoas, sendo quatro professores, uma diretora, uma coordenadora, quinze alunos e dez pais ou responsáveis.

Este trabalho está fundamentado nas abordagens de Hage (2012); Sales (2007); Oliveira (2011); LDB 9394/96 e as Diretrizes Operacionais Para Educação Básica nas Escolas do Campo de 2008, entre outros citados ao longo deste trabalho.

A pesquisa está organizada em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta o contexto da luta pela terra na Amazônia e a conquista do Assentamento Jacundá, onde destaca-se a historia e trajetória do município, como reflexos da dinâmica de fronteiras, e dentro desta historia a própria historia do Assentamento Jacundá e o contexto da educação no Assentamento.

O segundo capitulo faz uma reflexão sobre o processo de polarização das escolas do campo situando quanto aos aspectos históricos e legais que fundamentam esta política no Brasil e especificamente no município de Jacundá, até a própria experiência da polarização da Escola Boa Ventura.

O terceiro capitulo se dedica a uma reflexão sobre o processo de polarização da Escola Boa Ventura e seus reflexos na educação da comunidade por meio dos relatos de como as pessoas da comunidade veem este processo. A partir dos relatos durante as entrevistas, buscou-se neste trabalho fazer uma comparação entre aquilo que foi proposto com o processo de polarização e o que de fato ocorreu.

Ainda neste capitulo fazer-se-á uma reflexão sobre o processo de polarização e a proposta de Educação do campo, visualizando alguns contrapontos entre essas duas políticas direcionadas aos sujeitos do campo. Nesse sentido devemos compreender no

que uma interfere ou contribui na configuração da outra e quais suas implicações para o processo de ensino aprendizagem.

Espera-se que esta pesquisa possa fomentar e contribuir para novos debates no que diz respeito ao processo de nucleação e seus impactos para os povos do campo e principalmente que suscite reflexões acerca da importância da educação para a continuidade das comunidades camponesas cuja migração campo cidade é justificada em primeira instancia, com a falta ou a fragilidade das escolas e da educação ofertada ao campo.

CAPITULO 1: O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO JACUNDÁ

O contexto da pesquisa revela uma situação típica de regiões de fronteira agrícola, aqui considerada particularmente o sudeste do Pará, que passa por profundas transformações, consequência do que vem ocorrendo em toda a Amazônia continental, com o avanço das relações capitalistas de produção.

O termo fronteira agrícola aqui, está articulado com a expressão expansão da fronteira, usado conforme Martins (1997), apontando a expansão de um modelo de desenvolvimento capitalista no campo, que determina um processo de alteração de realidades a partir do uso da terra e que atinge de maneira significativa as populações camponesas, particularmente em várias regiões da Amazônia, foco de políticas governamentais para implantação de programas e projetos que articulassem esta região ao mercado capitalista internacional.

No caso em estudo referimo-nos ao Sudeste do Pará, com cerca de cinco décadas de intervenção capitalista, com total apoio dos sucessivos governos brasileiros desde a ditadura militar. Tudo isso por que esta região retém as maiores reservas de minerais do mundo e está nas mãos da Vale, antes batizada pelo nome de Cia. Vale do Rio Doce, empresa privatizada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O lócus desta pesquisa é o Assentamento Jacundá, território considerado camponês por toda sua história desde a ocupação até a resistência dentro de um contexto de adversidades pós conquista. O assentamento está localizado no município de Jacundá, situado no Km 180 da PA 150 no sentido Marabá – capital do estado.

1.1 Jacundá: reflexos da dinâmica de fronteira amazônica numa sociedade camponesa ribeirinha

O município de Jacundá possui uma história particular, figura na história oficial segundo Silveira (2001) desde 1915, quando da primeira comitiva de um político paraense chamado Carlos Gomes Leitão. Nos anos 1930, 1940 e 1950 aparece como distrito ligado a Marabá e posteriormente a Itupiranga, até conquistar sua autonomia no início dos anos 1960. Este município possui uma trajetória constituída de elementos diversos de um contexto amazônico, com traços socioculturais específicos.

Pode-se dizer que sua história possui dois grandes marcos históricos: o antes e o depois da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. As lembranças de antigos moradores contam que antes da hidrelétrica, Jacundá se configurava de uma vida social e cultural em torno de relações com os recursos naturais de forma mais sustentável: a sociedade vivia do extrativismo vegetal (castanha principalmente) no inverno e garimpo de diamante no verão. Soma-se aí a produção de pequenas roças de cultivos básicos para a alimentação: arroz, feijão, abóbora, hortas, além da caça e pesca.

A memória dos moradores ressalta que era uma cidade pequena, situada à margem do grande Rio Tocantins, próximo a grande e temida cachoeira chamada Capitariquara. Povoado de vida simples e saudável, de tradição católica popular. Lá, cultuavam Nossa Senhora do Perpétuo Socorro cujo festejo era regado de elementos do sagrado e do profano: missa, celebrações, reza do terço, leilões e festa de aparelhagem que tocava até o dia amanhecer.

A sociedade local era formada de famílias migrantes principalmente do Maranhão, Goiás Velho, e também paraenses de Cametá e Baião, antigos municípios localizados no baixo Tocantins. (SILVEIRA, 2001).

O depois da usina hidrelétrica de Tucuruí se reverte de elementos da chamada modernidade produzida no vapor das estratégias capitalistas na busca de novos mercados para a reprodução do grande capital, a partir das décadas de 1970. A partir daí é erguida a barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí que expulsa o povo do município e seu entrono sendo deslocados para as margens da rodovia PA 150, vila conhecida como Arraia, depois Boa Vista do Pará, e na década de 1980, passa a se chamar Jacundá, conforme conversa com antigo professor morador de Jacundá.

O nome Jacundá foi escolhido pelos povos remanejados pela Eletronorte, os desterritorializados pelas águas da Barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí. Estes povos (habitantes da área urbana e dos povoados próximos) foram alojados em pequenas casas, apelidadas pela população da época de “caixas de fósforo”, consideradas apertadas e quentes, cobertas de telhas Brasilit.

Os povos remanejados para a nova localidade se somaram aos outros migrantes principalmente da Bahia, Minhas Gerais, Maranhão e outros, que perfazem uma população total estimada em 56.006, no ano de 2015, conforme IBGE, (2010).

Esses povos trouxeram consigo, além dos saberes e traços próprios de uma cultura ribeirinha, sua estrutura burocrática executiva, legislativa e jurídica, prefeitura,

fórum, cartório, etc. que deram nome, autonomia e vida legal a vila, a atual Jacundá que conhecemos.

Percebe-se que não foi fácil o processo de deslocamento da população das margens do rio Tocantins para as margens da rodovia PA 150, foram enfrentadas muitas dificuldades de sobrevivência, exclusão social, discriminação social pelo seu modo de ser e viver, seu jeito de falar, sua padroeira, entre outros.

Nota-se um verdadeiro descontentamento com o novo lugar, onde brasileiros se estranham dadas suas diferenças. Gente humilde, de jeito simples, ribeirinho e camponês que perde seu chão, seu território e na fronteira vivencia outras experiências com outros sujeitos. Em 2010, conforme o IBGE, cidade, Jacundá apresenta um Índice de Desenvolvimento (IDH) de 0,622.

Atualmente o município constitui-se territorialmente pela sede do município e as vilas: Pajé, Quatro Bocas, Santa Rosa, Centro dos Baianos, Bagaço, Limão, Placa da Moram e o Assentamento Jacundá.

1.2 Assentamento Jacundá: a trajetória campesina na fronteira

O Assentamento repete a história de centenas de assentamentos no Brasil, Amazônia e sudeste do Pará, sendo, portanto, fruto da luta pela terra. É, portanto, resultado de uma ocupação feita por famílias de agricultores que na sua maioria migraram dos estados da região Nordeste do Brasil, principalmente do Estado do Maranhão.

Esses agricultores já residiam em áreas de terras pertencentes ao antigo município de Jacundá, inundado pelo lago que se formou com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nos anos 1980.

Como resultado da construção da hidrelétrica de Tucuruí formou-se uma represa que inundou grandes áreas de terra do entorno, onde habitavam muitas comunidades camponesas, resultado da lógica de desenvolvimento da Amazônia e da região, baseada nos grandes projetos, que foi implantada pelo Governo Federal pautado nos interesses de reprodução do capital imperialista. Desde então, muitas comunidades foram desterritorializadas, dentre elas podemos citar: Tauiarí, Ipixuna, Bagagem, Jatobal, território dos Akrantikatêjê, e a própria cidade de Jacundá, além de outros residentes em

vilas e povoados ao longo da margem do rio Tocantins, Hébette (2004, p.36) em sua pesquisa destaca que:

> [...] a ELETRONORTE apressou-se em construir a barragem hidrelétrica de Tucuruí e a gerar energia. Inundou precipitadamente uns 240.000 hectares de floresta ainda em boa parte praticamente virgens, evacuando grupos indígenas e comunidades camponesas.

A partir do ano de 1983 quando as águas do lago da hidrelétrica de Tucuruí já haviam inundado os lotes dos agricultores que moravam nos setes municípios[1] atingidos pela barragem, entre eles o município de Jacundá e suas comunidades, os chamados expropriados, sem alternativas e lançados à sorte, pelos gestores do empreendimento restam-lhes as áreas de terras consideradas da União como perspectiva de recuperar suas terras inundadas.

Notou-se que não houve acordos com a empresa responsável pela hidrelétrica, que não indenizava de forma justa, e as famílias não recebiam a quantia estabelecida pela empresa, conforme relata Almeida (2006, p.133):

> Uma nota de esclarecimento do movimento dos atingidos pela barragem divulgada no jornal denunciava a postura autoritária da ELETRONORTE. Entre as denuncias, constava que os colonos foram obrigados a assinar folhas em branco e que sofriam ameaças morais e físicas para que recebessem as indenizações sem reclamar. A insuficiência da indenização também é apontada pelo movimento, que denuncia o tratamento militar dado a questão agrária.

Dessa forma os agricultores sem conseguir o valor suficiente para comprarem suas terras novamente, restavam-lhes a opção de pressionar o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), pelo loteamento de uma área da União própria para a agricultura.

Atingidos também pelas águas da represa do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí, no ano de 1987, um grupo de agricultores que perdeu suas terras e não foi indenizado pela Eletronorte, ficou acampado na vila também chamado de vila Nova Jacundá e Arraia, a qual mais tarde se tornaria a Cidade de Jacundá. O grupo foi crescendo e resistindo, formando um coletivo de luta com uma quantidade maior de pessoas na mesma situação sem-terra e outros até mesmo sem casa. Uma situação comum a outros grupos de trabalhadores sem-terra que acreditam na coletividade como

[1] Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento.

instrumento que serve para fortificar a luta, como afirma Hébette (2004, p.53) “A luta coletiva pela conquista de uma terra e a prolongada resistência à grilagem e à expropriação custou tanto suor, tanto sofrimento, tanto sangue ao homem do campo e principalmente às lideranças […]”. É através da luta coletiva dos agricultores que ocorre a conquista da terra.

O ano de 1987, foi muito importante para esses agricultores. A luta pela terra se fortalece quando se juntam a outros agricultores expropriados sem-terra na mesma condição, vindos do município de Nova Ipixuna e ocuparam uma área de aproximadamente 2500 alqueires, no município de Jacundá, localizada a 60 quilômetros da sede do município, inicialmente denominada de Loteamento Arraia, onde hoje se estabelece o Assentamento Jacundá.

Em 1988 o GETAT, frente a pressão e resistência do grupo, acenou positivamente, afirmando que seus lotes seriam regularizados. Finalmente o sonho se concretizaria quando em 1992, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cadastrou as primeiras famílias nessa área.

Assim formou-se o Assentamento Jacundá, com 250 famílias assentadas em lotes de 50 ha, constituindo com isso mais um território camponês na fronteira agrícola do sudeste do Pará, que junto com a região sul do Pará representa uma área com a maior concentração de assentamentos do Brasil, com mais de 500 assentamentos de reforma agrária, conforme dados do INCRA SR-27.

As famílias agricultoras, depois de assentadas no Assentamento Jacundá, como forma de sobrevivência, inicialmente praticavam a extração dos produtos da floresta a exemplo do “cipó titica” e castanha-do-pará, que existiam em abundância na localidade quando da conquista da terra. Naquele momento tais produtos se faziam a base da economia do assentamento.

Em 1993, cinco anos mais tarde, a área de floresta já tinha se reduzido drasticamente, de forma que o cipó e a castanha-do-Pará já não eram fáceis de ser encontrados conforme narrativa:

> No começo a gente vivia da tirada de cipó, para vender no barracão, mais depois que as matas foram se acabando, o jeito mesmo era fazer farinha com a mandioca que era produzida com abundância. O milho e o arroz era produzido muito também, mais o preço era muito baixo, eu mesmo achei bom quando saiu os projetos para a compra de gado. (Agricultor, Pesquisa de Campo 2015).

A fala do agricultor afirma a mudança de atividade e de sistema de produção, deixando o extrativismo e dando início as atividades agropecuárias na região, incentivada pelas políticas de estado, como ressalta o agricultor "...eu mesmo achei bom quando saiu os projetos para a compra de gado.".

Nesse sentido, percebe-se que as atividades produtivas vão acontecendo as vezes em consonância com as condições conjunturais, como é o caso de se aproveitar da política de crédito, mas também principalmente pela falta e ou carência de assistência técnica para ajudar no controle dessa atividade que na maioria dos casos se torna a única atividade econômica praticada pela família no lote.

Sabe-se que a pecuária bovina tem se expandido muito na agricultura familiar, principalmente para a produção de leite, no entanto, esta atividade tem um peso muito grande na degradação ambiental por ser desenvolvida em sistema extensivo[2], levando ao desmatamento total do lote em função do aumento das cabeças de gado.

O assentamento Jacundá reproduz um modelo alimentado pelas políticas de crédito, que exige a aquisição de gado para acessar o crédito. Assim, após a instalação das roças e a colheita dos produtos agrícolas, os agricultores já começam a plantar o capim destinado à criação de gado, a partir da liberação dos créditos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), um dos primeiros programas de crédito rural voltado para agricultores assentados.

Assim a criação de gado no Assentamento Jacundá tem origem com a oferta de empréstimos pelos bancos públicos, cuja proposta é elaborada por empresas de assistência técnica que propunham principalmente a pecuária como principal atividade produtiva. Os agricultores foram intensificando essa prática de modo que no final da década de 1990, a pecuária já era a principal fonte de renda dos assentados.

Os processos de transformação do Assentamento Jacundá, alavancado pela massificação da pecuária bovina e a formação de pastagens, paralelo ao crescimento do mercado de terras no Pará e na Amazônia (VEIGA et al., 2004), somado as precárias condições em que vivem estas famílias camponesas, cuja reforma agrária em curso se reduz a mera distribuição de terra, sem outras políticas necessárias, como a garantia de assistência técnica regular, escola de qualidade, atendimento a saúde, entre outras

[2] Sobre isso ver: VEIGA *et. all*. EXPANSÃO E TRAJETÓRIA DA PECUÁRIA NA AMAZÔNIA: PARÁ, BRASIL . Brasília. Editora: Universidade de Brasília, 2004.

questões, tem levado a venda de lotes para pessoas interessadas em pastagens para criação de gado, normalmente comerciantes, e que moram na cidade.

O avanço do modelo capitalista de produção coloca em risco a sustentabilidade da agricultura familiar e a sobrevivência no campo, uma vez que a inserção de outros modelos de produção familiar e implica na destruição da cultura camponesa. Fernandes, (2008, p. 57) se referindo a esse processo afirma que "... portanto o território capitalista se faz destruindo os territórios camponeses".

A memória das famílias relata entre outras, que as maiores dificuldades destes agricultores durante o processo de constituição do assentamento foram: a perda do primeiro líder desses assentados, Sr. Raimundo Nonato, que sofreu um acidente de carro chegando a falecer enquanto viajava para Belém em busca de aprovação de projetos em benefício desse assentamento; a segunda foi a elevação das águas da hidrelétrica de Tucuruí ocorrida no ano de 2003, com uma inundação de 50% dos lotes de terra dos agricultores, conforme relatório do INCRA (2008).

Essa segunda inundação provocou prejuízos que até os dias atuais não foram ressarcidos pelo Estado a esses agricultores. Outra dificuldade permanente são as condições das estradas de acesso ao assentamento que sofreram desmoronamento e alagamento pelas águas da barragem.

Essa inundação afetou até a escola, e os estudantes passaram a utilizar transporte aquático em alguns pontos da estrada de acesso a mesma, causando desistência de muitos estudantes principalmente porque não havia transporte público para a condução dos mesmos.

Reclamam ainda os agricultores que, pouco se beneficiavam de assistência técnica governamental, a EMATER (ATER), e também não se beneficiavam de assistência técnica, INCRA (ATES), e continuavam sem receberem orientações para continuarem suas atividades agrícolas.

As maiores conquistas dos agricultores assentados nessa região foram: a construção da estrada de acesso ao assentamento no ano de 1996. Os créditos apoio e habitação liberados pelo INCRA, que contribuíram com a melhoria de vida dos agricultores que, na sua maioria, não tinha nem um animal de carga para carregar suas compras que, eram feitas na cidade de Jacundá. Neste caso, os agricultores tinham que viajar durante um dia inteiro a pé para chegar no Assentamento. Relembra um agricultor:

> Eu andava o dia todo de a pé, carregando um remanxim nas costas por que não tinha estrada para chegar até aqui. Quando foi liberado os créditos, que nós compramos nossos animais, tudo ficou mais fácil, e melhor ainda foi quando chegou a estrada com a energia, mais antes eu vivi muitos anos aqui muito desgostoso, isolado, pra mim isso foi uma conquista muito grande os benefícios que temos hoje no assentamento (Morador antigo da região, Pesquisa de campo, 2015).

A outra grande conquista dos agricultores desse assentamento como foi a chegada da energia elétrica através do programa LUZ PARA TODOS no ano de 2007, como ressalta a entrevista acima. Tal acontecimento trouxe grandes contribuições para as famílias dessa localidade, como à iluminação das escolas, podendo melhorar a iluminação para o funcionamento das aulas noturnas.

A partir do ano de 2010 o comercio de gado e de leite é considerado a maior fonte econômica do Assentamento Jacundá, a maioria dos agricultores se dedicam principalmente a atividade agropecuária. Os agricultores compraram tanques resfriadores de leite e conseguem produzir uma média de cinco mil litros de leite por dia, segundo relatou o agricultor (A.F. 45 anos).

Embora o comércio de gado e de leite venha garantindo a renda da maioria dos agricultores assentados, ainda é frequente a venda de lotes, de forma que esse comércio acontece entre os próprios agricultores na intenção de ampliação do tamanho do lote. Nos três últimos anos verifica-se que, a situação da comercialização dos lotes dos agricultores vem se agravando, pois também os fazendeiros começaram a comprar lotes dentro do assentamento.

1.3 A educação como pilar de resistência e sustentabilidade camponesas

A educação como direito de todos e dever do Estado tem sido pauta cotidiana dos povos e Movimentos Sociais do campo, e nos últimos tempos por uma educação diferenciada, que dialogue com as histórias, culturas e saberes produzidos pelos sujeitos com os quais interage e para os quais se volta.

Neste caso foi constituído nacionalmente o Movimento “por uma Educação Básica do Campo” que reivindica uma educação do campo de qualidade que dialogue com as necessidades e saberes, e ainda atenda as perspectivas dos sujeitos do campo. Dessa maneira, a educação e a escola tem significados importantes pois desenvolvem papéis relevantes no sentido de manter as famílias no campo desde o momento de luta pela terra, no acampamento ou ocupação, no assentamento como elemento fundamental no processo de reprodução das famílias.

A escola contribui diretamente na resistência camponesa, e está claro que sua ausência total ou parcial constitui um dos primeiros motivos de saída das famílias dos lotes, quando mães migram para as cidades vizinhas em busca da educação para se dar aos filhos. A Escola Boa Ventura faz parte dessa pauta, hoje como escola núcleo, mas que possui uma longa história no assentamento Jacundá. Vejamos um pouco dessa história.

A Escola Boa Ventura e seus anexos possuem histórias semelhantes em suas origens, principalmente por serem fundadas no mesmo período, de regularização do assentamento, também por estarem localizadas dentro do mesmo Assentamento Jacundá, e todas oferecem aulas para filhos de agricultores assentados e para filhos de ribeirinhos.

A Escola Boa Ventura fica localizada na Vila Santa Clara, e foi fundada no mesmo período das escolas anexas: em 1990, no Assentamento Jacundá, a 60 quilômetros da cidade de Jacundá, Sudeste do Pará. Abaixo figura 01: Mapa de localização do Assentamento Jacundá.

Figura 01: Localização do Projeto de Assentamento Jacundá.

Fonte: INCRA, 2015.

A escola Boa aventura é uma das quatro escolas “núcleo” nas quais se organiza o sistema público de ensino na área rural do município de Jacundá. Portanto pode-se definir “Escola polo” como sendo um sistema de organização da educação rural, onde a

escola escolhida como Pólo se situa num local estratégico entre as diversas comunidades existentes no campo, representando assim um espaço de atendimento escolar num complexo de comunidades e/ ou assentamentos de forma a oferecer o ensino fundamental menor e maior, disponibilizando neste sistema transporte escolar para os estudantes. Nela é ofertado desde a pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental e o ensino médio.

Para tornar-se Escola núcleo a Escola Boa Ventura deve possuir infraestrutura suficiente para o total de alunos, bem como capacidade logística para receber os/as alunos/as de cinco escolas anexas de dentro do Assentamento Jacundá que também ofertavam as séries do ensino fundamental maior, antes de serem desativadas.

A Escola Boa Ventura fica localizada no interior do Assentamento e também é a Escola com maior concentração de alunos matriculados em relação as demais do Assentamento, desde os três primeiros anos de sua fundação. Desde a sua fundação se destaca também entre as demais escolas no Assentamento pela quantidade e diversidade populacional que atende: Moradores de comunidades ribeirinhas e camponeses assentados da Reforma Agrária. À condição de Vila da localidade onde se situa a escola se dá justo por essa característica de comportar esse aglomerado de pessoas e sujeitos diversos (assentados, ribeirinhos) sendo denominada Vila Santa Clara.

A história da escola é comum à história da maioria das escolas rurais, pelas trajetórias e marcas comuns com outras escolas do campo. Tal semelhança histórica inicia pelo fato em si mesmo: formar turma e instalar sala de aula, em local improvisado, emprestado por algum morador, associação ou líder religioso, encontrar professor voluntário ou pago pela comunidade, para atender uma significativa quantidade de crianças e adolescentes fora da escola e, portanto, pela necessidade de criar espaços educativos para os filhos das famílias que vivem da terra. Isso acontece tanto na fase de luta pela terra, ou seja, no acampamento quanto depois de regularização da terra, no assentamento, fato que mostra que a educação não é prioridade para as autoridades, mesmo sendo esta, constitucionalmente um direito de todos e dever do Estado.

No caso dos povos do campo, a educação sempre começa por iniciativa das comunidades, e posteriormente, frente às reivindicações, e em alguns casos, o governo municipal assume, sem muito compromisso, vira “escolinha”, chamada assim não só pelo tamanho, mas também por outros elementos como a própria precariedade. Essa

experiência é nominada de escola rural pela oficialidade. Assim sendo a educação e a escola desde seu início sempre foi iniciativa das famílias, que criam o fato e depois correm atrás das prefeituras para oficializar.

Neste caso, a escola em estudo foi fundada no ano de 1990, inicialmente funcionando dentro da casa da professora, depois no prédio da Igreja Católica da Vila Santa Clara. Funcionou assim durante quatro anos: de 1990 até 1994. A primeira professora só havia cursado o ensino fundamental menor, como aconteceu e ainda acontece em muitas escolas rurais, uma vez que não havia outro professor disponível naquele momento para trabalhar. De acordo com um morador desta comunidade a escola Boa Ventura tem a seguinte trajetória:

> A minha mãe foi fundadora desta escola, no ano de 1990. Ela levou os alunos para dentro da casa dela durante um tempo, até que a igreja católica foi construída, a partir daí ela começou a lecionar dentro da igreja, durante seis anos, quando foi construída a primeira sala de aula, mas ela só lecionou durante quatro anos e passou a escola para minha irmã, depois a escola foi crescendo e foram chegando outros professores para lecionar, também, foram contratadas serventes, depois um vigia. (Morador Antigo da região, Pesquisa de campo, 2015).

A narrativa do morador demonstra a falta de atenção no campo educacional dada às populações camponesas. As autoridades só aparecem, e quando aparecem, quando mobilizadas pelas lutas sociais. Assim a Secretaria Municipal de Educação nesse município, veio atender a reivindicação das famílias que precisavam de escola para os filhos, principalmente no inicio da década de 1990, de modo que a escola passa a funcionar através da mobilização dos pais de alunos que utilizam os recursos da própria comunidade para não deixar seus filhos sem escola.

Durante quatro anos a igreja emprestou o prédio para o funcionamento da escola, nos dias letivos da semana. Com isso o prédio servia nos dias letivos como escola e nos fins de semana para atividades religiosas da Igreja. Diga-se de passagem, fato muito comum nas comunidades rurais, não só por parte da Igreja, mas também de outras instituições como associações e cooperativas de produtores rurais e outros.

Seis anos depois do fato criado pelas famílias; ou seja, só a partir de 1996, que a prefeitura do município de Jacundá, utilizando recursos do INCRA em parceria com o Fundo de Desenvolvimento Escolar (FUNDESCOLA), construiu a escola com a seguinte estrutura: uma sala de aula, uma secretaria e uma cantina. Dez anos depois, em 2006, a estrutura física da escola foi ampliada quando foram construídas mais duas salas

de aula, ficando então três salas ao todo onde funcionava o ensino fundamental menor e maior.

O ano de 2010, foi um marco de mudanças para a educação ofertada à população do campo do município de Jacundá, principalmente para a população do Assentamento Jacundá, e outras comunidades rurais. Constatou-se que cresceu o número de moradores e, consequentemente, a demanda de alunos. A partir desta percepção, a Secretaria Municipal de Educação de Jacundá (SEMED), através do Departamento de Educação do Campo (DEEC), deu início ao processo de polarização das escolas do campo.

Essa ação da gestão municipal pode ser compreendida como contradição. Quando deveria ampliar o serviço de educação frente ao crescimento populacional nas comunidades rurais, acaba-se por reduzir a oferta do serviço. O campo não é pensado como campo.

Um dos critérios utilizados pelo DEEC para a escolha das escolas polos foi verificar quais escolas melhor apresentavam características que favorecessem a criação da Escola Polo, como o crescimento da população e o aumento da demanda de alunos, melhor estrutura física e posição estratégica para o deslocamento dos alunos através de transportes escolares.

A partir dessa decisão a escola foi ampliada, sua estrutura física ganhou mais três salas de aulas, passando assim para um total de oito salas de aula, ofertando da educação infantil ao ensino fundamental maior e menor, também a primeira, segunda, terceira e quarta etapa da EJA, e o ensino médio. Conforme narrativa:

> Quando a escola já tinha mais alunos do que as outras escolas aqui do Assentamento, então foi polarizada e trouxeram os alunos das outras escolas do Assentamento para estudar o ensino fundamental maior, junto com os alunos também vieram mais professores e mais outros funcionários para trabalhar nessa escola, agora até a Vila Santa Clara cresceu mais depois da polarização e ficou muito mais movimentada. (Professor 1, Pesquisa de campo, 2015)

A polarização se traduz numa contradição pois, se por um lado há investimentos em infraestrutura, aumentando a capacidade da escola polo para atender a demanda da comunidade, ampliando o investimento em materiais escolares, por outro lado, as escolas anexas ficam as margens da precariedade de infraestruturas, acompanhamento pedagógico, entre outras coisas, Isso reflete negativamente no processo de aprendizagem dos alunos, pois o fechamento de escolas próximas das moradias dos

estudantes implicam em maiores esforços físicos para os alunos conseguir chegar até a escola.

A Vila Santa Clara, onde está localizada a Escola Boa Ventura tem aumentado o movimento de pessoas durante os dias de aula. Enquanto isso, o movimento de pessoas nas outras escolas do Assentamento tem sido reduzido devido a retirada do turno vespertino, onde funcionava o ensino fundamental maior. Como já afirmamos, a maioria dos pais dos alunos da Escola Boa Ventura e suas anexas são agricultores que tem como principal fonte de renda a criação de gado e a produção do leite, seguido do grupo de pescadores e outros trabalhadores do campo.

A Escola Boa Ventura funciona atualmente com os estudantes que moram na Vila Santa Clara e das vicinais do Assentamento, onde os estudantes são transportados no horário da manhã, tarde e noite no carro/ micro-ônibus escolar. O tempo gasto durante o percurso de casa até à escola para os alunos que moram mais distante é de duas horas e meia. No período do inverno as estradas ficam quase que intrafegáveis prejudicando o transporte dos alunos. Nesse período, devido as condições das estradas, os transportes escolares necessitam de manutenção constantemente o que influenciam o não cumprimento dos dias letivos.

No período do verão, ocorre a baixa das águas do nível da barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí e os alunos ribeirinhos precisam ir a pé para chegar até um transporte aquático chamado *rabeta*. Em seguida continua o percurso a pé novamente até o ponto do carro escolar para chegar a escola. Esse percurso dura até três horas.

Assim o transporte escolar é constituído de: caminhonetes, micro-ônibus e *rabeta* (pequeno barco motorizado). Vale dizer que esses meios de transporte não estão de acordo com as orientações de segurança do Ministério da Educação. As caminhonetes não possuem a identificação de transporte escolar, não há monitor para acompanhamento dos alunos, as laterais e fundos das caminhonetes não são totalmente fechadas, apenas por meio de grades adaptadas de ferro ou madeira, dependendo dos percursos e da quantidade de alunos, constatou-se ainda que os carros andam superlotados. No transporte aquático os alunos não usam coletes salva-vidas, algumas embarcações não possuem coberturas, colocando em risco a integridade física dos alunos que ficam expostos ao sol e a chuva.

Apesar, dos transportes não seguir rigorosamente as condições de segurança, observa-se que estes são os que estão mais de acordo com a realidade local, pois não há

um investimento paralelo na melhoria das estradas de modo a garantir o acesso continuo dos alunos à escola.

De acordo com os relatos de professores de outubro a dezembro, período em que aumenta o tempo de percurso dos alunos ribeirinhos até a escola, constata-se todos os anos uma queda no rendimento desses alunos devido ao esforço físico enfrentado diariamente para chegar até a escola.

> No período em que o lago começa a secar, o aluno tem que sair de casa mais cedo, as vezes não dar tempo de almoçar e quando chega na escola, nem sempre tem uma alimentação de qualidade. Pois em vez de arroz e feijão, os alunos comem bolacha com Nescau ou canjica. Alguns alunos até dormem durante as primeiras aulas devido ao cansaço, outros ficam mais estressados e exaustivos diante do longo percurso caminhado diariamente. (Professor, pesquisa de campo, 2015).

Observa-se que tais mudanças exigem mais esforço ou sacrifício dos pais e dos alunos. Os alunos saem mais cedo de casa e chegam mais tarde, o que leva ao cansaço e este compromete a capacidade de aprendizagem dos educandos. Por conta disso os alunos deixam de ajudar os pais nas tarefas domesticas ou da roça, que também são educativas porque tem que sair de casa por volta de nove horas da manhã e só retornam por volta de cinco ou seis horas da tarde.

CAPITULO 2: O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A fragilidade das políticas voltadas para o campo se traduz na principal causa da saída das populações de suas terras rumo aos centros urbanos, buscando melhores oportunidades de vida.

A reforma Agrária no Brasil tem se limitado principalmente a regularização das terras deixando outras ações importantes como infraestrutura, serviços de assistência e atendimento a educação e a saúde, serviços de comunicação, assistência técnica e crédito e capacidade de armazenamento e comercialização de forma ineficiente e irregular.

Essa condição e a ineficiência das políticas públicas têm afetado sobremaneira a vida no campo, e para muitos e muitas levando a não sustentabilidade da vida camponesa. A política de polarização das escolas do campo é resultado dessa situação de instabilidade, insegurança e tentativa de esvaziamento do campo, e ainda fragiliza as comunidades que resistem, uma vez que filho sem escola significa sair do campo em busca de educação escolar para os filhos, sob o discurso: “aqui não tem educação e eu não quero que meu filho tenha a mesma vida que eu”. Fala que ouvimos comumente.

A falta de escolas, a necessidade de trabalhar durante a adolescência para ajudar no sustento da família e os constantes deslocamentos geográficos das famílias em busca de melhores condições de vida são alguns dos motivos que ao longo dos anos foram fatores responsáveis pela não permanência de muitos alunos na escola. Infelizmente essa é a realidade de muitas famílias brasileiras, fato que produz uma realidade comum: crianças e adolescentes ficam divididas entre o estudo, trabalho e a vida com os pais, isso para ajudar no sustento da família. Como projetos inconciliáveis. Mas que precisa ser compreendido no âmbito de negação de direitos humanos.

O quadro atual da educação ofertada no campo pelas prefeituras e estados, é desolador .Segundo dados do Censo Escolar de 2010, apesar dos avanços, mais de 3,8 milhões, o que representa 8,5% de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, estão fora da escola, e dados do censo demográfico (IBGE/2010) informam que 12,4% dos alunos matriculados são do campo, (PNAD/IBGE 2009 apud Anuário Brasileiro da Educação, 2012). Esses dados revelam a necessidade de ter politicas públicas especificas de educação. Bem como das escolas reverem suas dinâmicas para que de fato seja

garantido esse direito a essas populações e que ninguém fique fora da escola. A reflexão sobre esses dados contribui para que possamos compreender o atual contexto da educação ofertada às populações do campo e contexto em que se deu a implantação do processo de polarização das escolas do campo.

2.1 Aspectos Históricos

A nucleação ou polarização é parte das políticas educacionais, sejam elas de Estado, no caso das mais gerais que determinam as diretrizes do macro desenvolvimento, ou de Governo, aquelas que dão particularidades aos contextos em que se inserem, mas que estão submetidas às políticas mais gerais de Estado. No Brasil, país dependente economicamente, as políticas educacionais se subordinam aos interesses dos países imperialistas, pois ainda não atingiu soberania no campo educacional (TAFAREL e MOLINA 2012; p. 571).

Com isso, pretende-se dizer que o que acontece no campo em termos de educação é reflexo das políticas de Estado, e muitas vezes são políticas de governos locais, estreitamente condicionadas às determinações de Estado. Nos últimos anos, percebe-se algumas mudanças no direcionamento das políticas educacionais para o campo, cujo discurso governamental seria a ampliação da oferta da educação básica. Estas mudanças que vêm ocorrendo são provocadas por parte dos gestores públicos sem que haja um diálogo com os sujeitos das comunidades rurais. Trata-se de uma prática denominada de nucleação ou polarização de escolas.

A polarização é um processo relativamente recente, tendo iniciado na década de 1970, influenciado por políticas neoliberais, inspiradas nos Estados Unidos que já experimentavam esse modelo (SALES, 2007).

Para Sales (2007, p. 75) “A prática de nucleação/polarização das escolas do campo se caracteriza, então, por agrupar várias escolas em uma escola central, a fim de fornecer subsídios adequados para a concretização de uma educação eficiente”. O processo de polarização acaba por facilita o processo de gestão governamental, uma vez que as escolas foram agrupadas, enquanto dificulta o acesso dos alunos a escolas, uma vez que estão sujeitos a submissão de um percurso exaustivo para desfruta-los de um direito básico de todo cidadão, a educação pública de qualidade.

Ainda de acordo com Sales (2007):

> Esse modelo de nucleação escolar surgiu nos Estados Unidos e foi implantado no Brasil a partir de 1976, no Paraná, quando o país recebia a interferência de organismos norte-americanos como a USAID. Logo após a implantação do modelo no Paraná, este se disseminou por Minas Gerais em 1983, Goiás – 1988, São Paulo – 1989. Pode-se inferir que, pelo alastramento da nucleação, esta foi uma forma de minimizar os problemas estruturais pelos quais passam as escolas camponesas. (p.75).

Como se percebe, a nucleação não se trata de um modelo de organização escolar criado pelo Brasil. Mas, sim um modelo copiado de outro país que foi introduzido no Brasil sem que houvesse uma discussão sobre os possíveis impactos dessa política para as pequenas comunidades rurais.

Mesmo tendo surgido a partir de meados da década de 1970, a política de nucleação de escolas do campo só começou a se expandir para outros municípios brasileiros a partir da década de 1990.

Em Jacundá o processo de polarização de escolas ou ensino acontece mediante várias justificativas, entre elas destacam-se a melhoria na qualidade do ensino para as populações do campo. Partindo da questão da qualidade do ensino, segundo alguns autores, como Pereira (2002), a consolidação da nucleação/polarização de escolas do campo foi um sucesso, argumentando que, além de trazer uma melhor qualidade no ensino, trouxe também desenvolvimento local.

Esse desenvolvimento é observado na "ótica das comunidades" onde se encontra as escolas núcleos. Assim é importante reafirmar a nucleação como um processo que está articulado com decisões políticas de interesse de quem governa articulado com a matriz econômica que move e sustenta a produção capitalista.

Por outro lado, na "ótica das comunidades" que tiveram sua escola fechada ou tiveram que se deslocar para outra comunidade para estudar, percebem-se as contradições em torno dessa política de nucleação. Em relação a estes acontecimentos em torno da nucleação, Pereira (2002) esclarece que, em todo esse processo houve resistência ao processo de implantação da nucleação por parte dos pais dos alunos que usavam como argumento a longa distancia percorrida pelos alunos, a retirada da escola das pequenas comunidades e consequentemente a desvalorização das propriedades.

Se recorrermos aos dados Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em relação à evolução da população brasileira podemos perceber que foi a partir da década de 1970, que a população brasileira passou a ser predominantemente urbana. Isso se deu em decorrência do processo de industrialização

e urbanização implantado no país a partir da década de 1950, em que as pessoas do campo eram atraídas para as cidades grandes pelas oportunidades de trabalhos nas indústrias que se instalavam nas cidades.

Outro fator que merece destaque e que aconteceu paralelo aos dois processos anteriores foi os impactos da Revolução Verde no Brasil, que desencadeou um processo de mecanização do "campo". Assim, enquanto espaço geográfico disputado, o campo passa a ser dividido em múltiplos territórios cujos sujeitos possuem interesses antagônicos.

De um lado tem uma diversidade de camponeses disputando a partir de sua cultura e suas formas particulares de viver e produzir na terra, cuja relação com a natureza tem suas particularidades. Do outro temos o grande capital também representado de forma diversa: empresas de mineração, agronegócio entre outros, e, diga-se de passagem, com apoio do Estado claramente defendendo os interesses capitalistas. Neste caso, cada território agora tem uma perspectiva de desenvolvimento diferente uma da outra.

Nota-se que território do agronegócio, caracteriza-se pelo alto consumo de insumos industriais, máquinas e equipamentos sofisticados, venenos e fertilizantes na produção intensiva de mercadorias em grande escala para abastecer o mercado internacional. Esse é motivado exclusivamente pela acumulação intensiva do capital, e por esta razão, nesse território, não veem a necessidade de escola, de comunidades, de pessoas, de valores culturais.

Percebe-se que ao longo dos anos o território dos camponeses vem sofrendo ameaças pelo agronegócio, em decorrência da ausência de políticas que valorize e respeite as populações do campo, com seus modos de vida, seus costumes, suas crenças, seus valores, e principalmente sua relação com a terra.

O desenvolvimento da política de nucleação está diretamente contribuindo para o avanço do território do agronegócio em direção ao território dos pequenos produtores rurais e consequentemente para o decréscimo da população do campo. Isso acontece porque as pequenas comunidades que tem suas escolas fechadas são as que sofrem os impactos negativos da política de nucleação e frente às dificuldades de acesso à escola pólo produz-se uma situação de fragilidade para as famílias que precisam de escola para os filhos, como aponta o fragmento abaixo ao referir-se à nucleação das escolas do campo:

> ... pode ser fator gerador de instabilidade nas comunidades rurais, uma vez que deixa de considerar as especificidades das mesmas e o papel que a escola rural exerce nestas comunidades, já que, promovendo o deslocamento das crianças e jovens para estudar fora de sua comunidade de origem, corre-se o risco de tornar mais intenso o processo de desenraizamento dos mesmos com relação ao seu entorno (OLIVEIRA, 2011, p. 2).

O fechamento de escolas significa uma perda tanto material quanto imaterial, pois os vínculos afetivos entre as pessoas das comunidades são estabelecidos principalmente no espaço escolar ou nas igrejas, então se acaba com a escola "espaço material", acaba também a perspectiva de educação, de sobrevivência, de desenvolvimento e de vida "espaço imaterial".

Sem escola torna-se difícil a continuidade das famílias, principalmente as que tem filhos em idade escolar. Dessa maneira, podemos afirmar que o fechamento de escolas do campo coloca em risco a sustentabilidade dos Assentamentos de Reforma Agrária, uma vez que contribui para o esvaziamento do campo, levando as famílias a migrarem para as cidades em busca de escola para seus filhos.

Quando se fecha a porta de uma escola em qualquer comunidade do campo em decorrência da nucleação, fragilizam-se todos os valores materiais e imateriais daquela comunidade o que facilita a entrada definitiva do agronegócio para a consolidação dos impactos de uma política neoliberal capitalista, porque essa saída pode implicar em abrir mão do lote pelas famílias que saem em busca de escolas para seus filhos.

O processo de nucleação no Brasil não é recente e acontece de duas formas. A primeira e mais antiga é a nucleação campo – cidade. Esta acontece quando não há oferta de uma determinada modalidade de ensino no campo, geralmente a partir da segunda etapa do ensino fundamental, havendo assim a necessidade dos alunos serem conduzidos por transporte escolar até a cidade, onde está localizada a escola núcleo para dar continuidade aos estudos.

A segunda forma de nucleação e mais recente é a nucleação no sentido campo – campo acontece quando a escola núcleo permanece no campo. Essa prática a partir da década de 2000, vem crescendo drasticamente. Neste caso, algumas escolas com pouca demanda de alunos são fechadas e os alunos são conduzidos por rabetas e caminhonetes até a escola núcleo/polo com maior demanda de alunos, infraestruturas e acentuada influência política. Noutras situações, acontece apenas à polarização do ensino do 6º ao 9º ano, neste caso a escola não é fechada, continua ofertando apenas as modalidades de educação do jardim ao 5º ano.

Para Tenório; Barros & Hage (2010) há uma forte e direta relação entre a política de nucleação e a política de transporte escolar, ou seja, a primeira é diretamente dependente da segunda como se pode observar:

> Os processos de nucleação são implantados nessas mesmas experiências com vinculação direta ao transporte escolar dos estudantes do campo, desconsiderando que a permanência das crianças e adolescentes no campo é fundamental para a preservação nesse espaço de redes sociais e produtivas; pois o deslocamento dos alunos para os centros rurais e urbanos incentiva a saída das famílias de suas propriedades (p.13).

Se a política de nucleação/polarização das escolas consiste no fechamento ou deslocamento do ensino para outras escolas, localizadas nas cidades ou em comunidades mais povoadas e de grande influencia política, certamente há a necessidade de investimento e ampliação na política de transportes escolares. Inicialmente o processo de nucleação era feito no sentido campo cidade, mas com as várias criticas feita a esta política em consequência das dificuldades que os alunos encontravam e ainda encontram para chegar até as escolas nas cidades levaram os gestores públicos a adotarem um novo modelo de nucleação.

A nucleação no sentido campo – campo. Mesmo diante desta mudança e dos aumentos nos investimentos feitos pelos Governos em todas as esferas, percebe-se que o deslocamento desses alunos tem influenciado a mobilidade de suas famílias das suas comunidades de origem.

Tendo em vista o grande avanço da política de nucleação e da política de transporte escolar em torno da educação no campo de todos os estados brasileiros percebe-se a necessidade de refletirmos sobre asconsequências provocadas aos sujeitos contemplados por estas políticas. Na concepção Oliveira (2011):

> Compreendemos que está posto o desafio de continuarmos refletindo sobre as Políticas de Educação do Campo no Brasil e, em especial, sobre a Nucleação, um “modelo” de organização das escolas do campo que carece de mais pesquisas sobre seus limites e perspectivas. Temos bons trabalhos publicados sobre o tema que se referem às realidades do Sul e do Sudeste. Muitos bons trabalhos têm sido feitos sobre o tema no Norte do país, notadamente no Pará. É preciso continuar exercitando nosso olhar inquieto sobre as nossas realidades, que são tão diversas. Qual a melhor maneira de organizar nossas escolas do campo? Precisamos refletir localmente sobre isso, aprendendo com as experiências que estão sendo feitas aqui e mais adiante. Vamos em frente (p.16).

Diante das consequências da política de nucleação para a educação dos povos do campo, em outubro de 2011, o MST lançou um manifesto que denuncia o

fechamento de escolas rurais. Este manifesto contou com o apoio de vários intelectuais de várias universidades que discutem a educação do campo, entre outras entidades.

A política de nucleação das escolas do campo vem sendo justificadas pelos gestores e secretários a partir de uma lógica capitalista, como uma forma de reduzir o custo-benefício no que diz respeito à manutenção e oferta da educação básica às populações do campo, como destaca o texto da "Campanha Fechar escola é crime! " Publicado na página do MST.

> [...], fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime. (Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural.

A luta dos diversos movimentos sociais presentes no campo tem sido fundamental na busca por melhorias na educação ofertada às populações do campo. Os movimentos sociais do campo se contrapõem ao modelo de nucleação porque dentro do projeto de desenvolvimento para o campo, o processo de nucleação não contribui para a sustentabilidade dos territórios camponeses conquistados com muito sangue e suor. Novamente percebe-se as políticas públicas em contradição.

2.2 Aspectos Legais

A política de nucleação no Brasil possui seus fundamentos legais nas legislações que regem a educação brasileira. O Art. 28º da LDB 9394/96 ressalvas que "Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região". As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída pela Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 em seus artigos Art. 3º e 4º estabelece que:

> Art. 3º: a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.
> § 1º Os cincos anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.
> Art. 4º: Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local,

> bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.
> Parágrafo único. Quando se fizer necessária à adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo (BRASIL, 2002).

Percebe-se que no art. 3º desta lei, ao mesmo tempo em que estabelece que a oferta da primeira etapa do ensino fundamental seja na própria comunidade dos sujeitos educandos evitando assim o processo de nucleação e o deslocamento dos alunos, o inciso 1º deste mesmo artigo abre exceção para que o processo de nucleação INTRACAMPO aconteça, restringindo apenas a nucleação no sentido CAMPO-CIDADE.

As dimensões territoriais do Brasil comparadas ao processo de distribuição da população brasileira, que se dá de forma desigual nas cinco regiões brasileira, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam baixa densidade demográfica são utilizadas também como justificativas para a implantação da nucleação nesses territórios como destaca Hage em entrevista à página do MST na internet.

> O próprio poder público olha para esse processo de territorialização das populações do campo e rotula de disperso. Se está disperso, no sentido de estarem distribuídas ao longo do território, e se pode reuni-las, gastará menos de acordo com suas referências de qualidade. Assim começa o desenvolvimento das políticas de nucleação que, às vezes, não são de nucleação, mas de polarização. (Fechamento de escolas é atentado, afirma educador. (Disponível em http://www.mst.org.br/Fechamento-de-escolas-e-atentado-as-comunidades-rurais-afirma-educador-salomao-hage/).

Já o artigo 4º da lei citada anteriormente, estabelece que o processo de nucleação, ou seja, a escolha da escola núcleo deve levar em consideração a participação das comunidades afetadas com o processo de nucleação e estudo das melhores possibilidades de acesso à escola núcleo. No entanto, percebe-se na prática que entre os critérios para a definição do local da escola núcleo se dá principalmente por meio da influência política. A comunidade que tem maior influencia política tem maior possibilidade de ser escolhida pelos gestores como a de melhor estrutura, desconsiderando assim, as possibilidades de percurso realizado pelos alunos. Nesse processo, às vezes as comunidades são consultadas de forma bastante superficial, sem levar seus anseios e necessidades em consideração.

Para o ensino da segunda etapa do ensino fundamental e ensino médio, a nucleação constitui-se como uma das melhores soluções a ser adotada, segundo o Art. 5º das Diretrizes Operacionais. Estabelece ainda que para isto, “deverá considerar o

processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura". O Art. 7º que trata das questões inerentes à infraestrutura e apoio pedagógico estabelece que:

> A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2002).

Na realidade, nem as condições estruturais da escola estão adequadas para receber a quantidade de alunos dentro do processo de nucleação das escolas do campo. Os livros didáticos quando chegam às escolas já estão quase na metade do ano letivo, ou são de anos anteriores. As bibliotecas nas escolas anexas são as próprias salas de aula, às vezes. Os livros ficam jogados em cima de mesas e cadeiras. Nas escolas núcleos, a biblioteca funciona como um centro de "despache" ou "depósito" de livros ultrapassados. Quando se tornam inutilizáveis para o meio urbano, os livros didáticos são despachados para as escolas do campo.

Dentro do princípio da nucleação de escolas, o transporte escolar desempenha papel fundamental, pois para que haja a nucleação é necessário o transporte dos alunos até a escola núcleo. O art. 8º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo define que "o transporte escolar deve acontecer de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito nos artigos 137, 138 e 139 do referido Código, "considerando entre outros fatores, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso" como destaca o artigo 10º desta mesma lei (BRASIL, 2002).

Segundo Tenório; Barros & Hage (2010), fundamentado em dados do INEP, **e**m relação ao avanço do processo de nucleação das escolas do campo destacam que:

> Dados oficiais, extraídos do Censo Escolar do INEP, revelam no ano de 2009, a existência de 49.305 escolas exclusivamente multisseriadas no país, as quais atendem um contingente de 1.214,800 estudantes nelas matriculados. …O atendimento reduzido do número de estudantes por escola tem levado os gestores públicos a adotar, como estratégia mais frequente, a política de nucleação vinculada ao transporte escolar, resultando no fechamento das escolas das pequenas comunidades rurais e transferência dos estudantes para escolas localizadas em comunidades rurais mais populosas.

Segundo dados oficiais do INEP/MEC 2009, um total de 203 escolas foram extintas no Estado do Pará no ano de 2009, o que caracteriza a prática de fechamento de escolas multisseriadas em decorrência da prática de nucleação. Das 203 escolas

fechadas no estado do Pará, 173 estavam localizadas no campo e apenas 30 escolas estavam localizadas nas cidades. Diante disso, vale mais uma vez trazer reflexões como de Oliveira que caracteriza o fechamento de escolas como:

> Um processo massivo, indiscriminado e pouco participativo, de concentração/nucleação de escolas rurais pode ser fator gerador de instabilidade nas comunidades rurais, uma vez que deixa de considerar as especificidades das mesmas e o papel que a escola rural exerce nestas comunidades, já que, promovendo o deslocamento das crianças e jovens para estudar fora de sua comunidade de origem, corre-se o risco de tornar mais intenso o processo de desenraizamento dos mesmos com relação ao seu entorno. Ainda que seja preciso dizer que a mera existência da escola (fisicamente) no campo não é, por si só, garantia de que a educação por ela oferecida tenha os necessários laços com o contexto campesino, sua ausência, quase sempre, significa uma perda para essas populações (OLIVEIRA, 2011, p. 2 e 3).

Segundo Vieira; Santos & Jesus (2012), a política de nucleação ou polarização trata de medidas governamentais impostas no campo em nome de uma "qualidade" no processo educativo para as escolas do campo por meio do fechamento ou transferência das escolas de classes multisseriadas substituindo-as pelo modelo urbano seriado que também na concepção de Arroyo (2009, p. 84) "é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira".

Ainda em relação à imposição do modelo seriado nas escolas do campo por meio da nucleação, Arroyo (2009) destaca que "não teria sentido que, na hora em que vocês pensam numa escola básica do campo, pegassem um modelo que está todo ele quebrado, caindo aos pedaços, que é o sistema seriado" (p. 83).

Na concepção urbanocêntrica, enquanto a escola seriada é vista como um modelo a ser seguido e difundido para todas as escolas, a multissérie enquanto modelo predominante nas escolas do campo é vista como sinônimo de atraso, de empecilho para o desenvolvimento da educação e da qualidade do ensino no campo.

Para estudiosos, que há muitos anos vem estudando os problemas enfrentados pelas escolas do campo, não se atribuem os problemas de aprendizagem exclusivamente a ao modelo multisseriado, mas principalmente às precárias condições estruturais e pedagógicas em que se desenvolvem a educação nas escolas do campo. Não devemos culpar a multissérie pela falta de qualidade da educação no campo. Mas à falta de investimentos na construção e ampliação de escolas, de apoio pedagógico necessário aos professores, de formação dos professores que atuam nas escolas do campo e de

respeito e valorização das especificidades do povo do campo. De acordo com Oliveira (2011), os argumentos para implantar a nucleação das escolas rurais são os seguintes:

> [...] sobrecarga dos professores com tarefas que extrapolam seu papel pedagógico; a precariedade dos prédios escolares; a falta de integração das crianças de uma escola isolada com outra; dificuldade de acompanhar o trabalho pedagógico das escolas isoladas, por conta da distância entre elas, pela falta de veículos para as viagens ou pela precária condição das estradas; o baixo aproveitamento das reuniões com os professores, que se transformavam exclusivamente em momentos de muita queixa e poucas propostas de solução para os problemas identificados e as dificuldades pedagógicas de desenvolvimento do trabalho em classes multisseriadas (OLIVEIRA, 2011, p. 6 e 7).

Dessa maneira o campo em toda sua história tem ficado à margem no cenário da elaboração e implementação das políticas públicas, fazendo com que estas cheguem até o campo de forma ineficaz. Isso acontece porque essas políticas foram e estão sendo baseadas em experiências urbanocêntricas, como é o caso do modelo educacional existente no campo atualmente. Entretanto, observa-se também que por mais arcaica que seja a educação escolar ainda é uma das poucas políticas que está presente no campo. Mas, ultimamente a política de nucleação vem se mostrando como uma afirmativa do desinteresse dos governos brasileiros por meio de suas políticas direcionadas às populações do campo de todas as regiões Brasil.

Para Vieira; Santos & Jesus (2012, p. 7):

> A nucleação faz parte de um projeto que contribui para o desenraizamento das crianças e jovens ao retirar as escolas do contexto e realidade do homem do campo. É necessário que os sujeitos do campo participem das decisões referentes à sua vida e não somente aceitem as determinações de governos. Uma proposta para o campo tem que partir dos próprios sujeitos do campo para ser legítima e corresponder às necessidades desses sujeitos.

Nuclear escola a partir do fechamento de escolas de menor porte no campo significa acima de tudo, o abandono total para com essas populações, pois não está somente tirando o direito a educação desses sujeitos em suas próprias comunidades, mas está tirando acima de tudo a perspectiva de mudança para uma vida melhor das pessoas que moram nessas comunidades. Com isso estão tirando o direito de educar as crianças, os jovens e adolescentes em suas próprias localidades, assim como deixam de investir em saúde, infraestruturas, entre outras áreas sociais, criando assim um espaço geograficamente sem perspectiva de vida.

A própria justificativa dada por secretários e prefeitos para a implantação da nucleação em escolas do campo serve como justificativa para mostrar a incapacidade do atual modelo educacional imposto às escolas do campo. Assim, fechar escolas no

campo e agrupá-las em centros mais populosos onde há escolas de melhor infraestrutura, significa enterrar a maior parte da cultura campesina, impedindo-lhes de desenvolver seu próprio modo de vida, além de submeter o campo a um retrocesso na perspectiva do desenvolvimento sustentável do campo. Cabe destacar que

> [...], para estes filhos de trabalhadores não basta a terra, as tecnologias apenas. É necessário, sobretudo, educação, escola, para que este lugar – mais do que um espaço onde se produz apenas mercadorias – seja um espaço que produza valores, princípios, para além daqueles impostos pelo projeto do capital para o campo, um espaço de vida, de vivência e convivência (PERIPOLLI, pág. 186, 2011).

Uma educação de qualidade e dentro da própria comunidade dos educandos faz-se necessário para que estes sujeitos possam viver com dignidade, valores e princípios. Nesse sentido, pode-se afirmar que a presença da escola nas comunidades é necessária não somente para os alunos, mas para o desenvolvimento e/ou reprodução da própria comunidade como se pode observar.

> Estudos mostram que, em que pese os muitos problemas ainda existentes no campo, a escola ainda é um espaço de possibilidades, capaz de iniciar/mostrar aos filhos os passos em busca de uma "vida melhor". Mais: a escola é um espaço que aglutina, reúne, junta, a comunidade em terno de objetivos comuns. Tanto que, se sai a escola, morre a comunidade (PERIPOLLI, pág. 194, 2011).

Assim, a importância da presença da escola nas comunidades rurais é reforçada na frase de Cunha (pág. 16, entre 2009 e 2012**),** ao afirmar que "Todo grupo social, como condição de sua continuidade, precisa transmitir à geração seguinte a experiência acumulada no tempo". O processo de nucleação obriga os sujeitos do campo a se submeterem a condições desumanas para ter direito aquilo que lhes é de direito, a educação plena para o exercício de sua cidadania. Significa obrigar estas pessoas a um intenso processo de mudanças de vida em todos seus aspectos, principalmente a migração no sentido campo-campo ou campo-cidade.

Para as famílias diretamente impactadas, conforme Manifesto dos educadores (MST, s/d).

> [...] o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando no meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas. (Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural).

Nesse sentido, a prática de fechamento das escolas nas pequenas comunidades rurais está levando estas comunidades a uma situação, que para alguns autores trata-se

de um processo irreversível que pode levar ao desaparecimento dessas comunidades, como destaca Canário (2000) apud Vieira; Santos & Jesus (2012, p. 5):

> O processo de progressivo encerramento das escolas em meio rural, que é concomitante com o encerramento de outros serviços de caráter público, traduz-se pelo efeito de acelerar e contribuir para tornar irreversível o declínio das comunidades camponesas e o desaparecimento do rural (em termos econômicos, sociais, culturais e paisagísticos).

À medida que a escola deixa de existir em uma determinada comunidade ou vilarejo rompe-se também parte do processo de socialização dos sujeitos que vivem nessas comunidades. Pois é por meio da escola que muitas comunidades mantêm seu processo de socialização entre os sujeitos da comunidade e interagem também com outras comunidades vizinhas por meio de comemorações do dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, independência do Brasil, entre outras comemorações festivas.

Assim, fechar escolas ou deslocar o ensino para outra comunidade significa tirar-lhes o principal mecanismo de socialização e integração entre os sujeitos da comunidade. Diante do isolamento de muitas populações do campo a escola desempenha um papel muito importante no processo de socialização e interação nas comunidades camponesas.

O processo de socialização e interação nas pequenas comunidades rurais acontece principalmente por meio da escola. Neste caso, a escola tem um papel essencial na sociedade em relação ao processo de socialização/interação nas comunidades como podemos notar:

> O processo de socialização é também fundamental para se analisar o papel da escola na sociedade. Em uma concepção tradicional [...], é por meio do processo de socialização que a escola e a família permitem, através de sua ação complementar, a integração dos alunos na sociedade, levando-os a assimilar valores, princípios, normas e regras de comportamento etc. **(**CUNHA, Entre 2009 e 2012 p. 216)

Nas pequenas comunidades rurais a escola é o ponto de referencia para os anseios da comunidade. Todos os processos de comemoração, socialização, mobilização e interação da comunidade ocorrem por meio da escola. Quando uma pessoa da comunidade fica doente, por exemplo, é a escola que busca diferentes mecanismos humanos e materiais para ajudar essa pessoa, através da organização de festa, torneios de futebol, bingos, na intenção de arrecadar fundos e doar a pessoa necessitada.

Aprofundando ainda mais os estudos sobre a nucleação das escolas do campo no Brasil procuramos uma resposta ou justificativa dada pelos gestores para a implantação da política de nucleação e constatamos a partir dos estudos já

desenvolvidos que, na maioria dos casos, a política de nucleação aparece como a única solução encontrada por ambos para resolver os problemas educacionais do campo. De acordo com alguns trabalhos já desenvolvidos em vários municípios brasileiros de todas as regiões foi possível constatar que:

> [...] a Nucleação de escolas do campo aparece como "solução" para o problema da baixa qualidade do ensino no campo, especialmente, aquele levado a cabo pelas escolas rurais multisseriadas. Desde nosso entendimento, a discussão sobre os *méritos* e *deméritos* da escola multisseriada ou unidocente deveria ser assumida mais seriamente – inclusive e, principalmente, pelos gestores da educação (nos estados e municípios) – para que possamos afirmar, com segurança, que os problemas enfrentados pela Educação do Campo no Brasil podem ou não estar relacionados a esse "modelo" de escolas e para que não se massifique, de maneira indiscriminada, a política de Nucleação de escolas rurais que, inúmeras vezes, tem significado o fechamento de muitas escolas nas comunidades rurais do Brasil. Estamos considerando a importância da manutenção das escolas no campo, enquanto espaços que podem realizar algo além do processo de escolarização das populações camponesas. (OLIVEIRA, 2011, p. 4).

Na maioria das vezes a multissérie tem sido vista como o grande problema para a educação do campo. Entretanto, em alguns casos tem se verificado que mesmo em escolas nucleadas existem turmas multisseriadas. A multissérie nas escolas do campo acontece pela baixa demanda de alunos que cursam uma mesma série ou etapa, havendo assim a necessidade de junção de duas ou mais turmas em uma mesma sala de aula.

2.3 A polarização da Escola Boa Ventura

Antes do processo de nucleação da escola Boa Ventura, a oferta da educação básica dava-se por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME. O SOME durante muitos anos foi utilizado para ofertar a educação básica às populações do campo, inclusive na escola Boa Ventura para as turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental (correspondente do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, respectivamente).

A educação ofertada por meio do SOME se caracteriza pela rotatividade dos professores nas escolas das diferentes comunidades camponesas do município. O ciclo de cada professor em uma escola do campo depende de sua carga horária que é de quarenta dias letivos para as disciplinas de português e matemática e de apenas quinze dias letivos para as demais disciplinas.

Atualmente no município de Jacundá são poucas as escolas do campo que ainda adotam esse sistema de organização do ensino para as turmas do 6º ao 9º ano, isso

porque não tiveram possibilidades de nucleá-las devido às condições geográficas dessas escolas, segundo os gestores municipais.

Percebe-se também que as inquietações em torno do SOME estavam diretamente ligadas aos professores. Por serem professores da cidade não se identificavam com a realidade do campo, por isso, não se comprometiam com a qualidade da educação ofertada aos alunos dessas comunidades e não respeitavam os modos de vida específicos de cada comunidade.

Outro fato que gerava bastante polêmica em torno do SOME era, a falta dos professores nos dias letivos de aula, muitos pegavam o material na SEMED e saiam dizendo que iam trabalhar, mas na verdade, passavam de um a dois dias para chegar à escola, ou às vezes terminavam o módulo antes de completar.

Noutras situações, esses professores se deslocavam para as comunidades na segunda-feira e quando era na sexta-feira retornavam para a sua casa na cidade. Assim, quase sempre alguns professores ficavam dois dias sem lecionar. Em toda esta situação eram os alunos que saiam perdendo como destaca o aluno entrevistado:

> Quando a gente estudava no SOME, nós perdíamos muita aula, os professores que não tinha veiculo próprio vinha no carro da linha e só chegava a tarde, assim não tinha aula na segunda-feira quase sempre, e quando era na sexta-feira os professores queriam ir embora. No final de tudo era nós, alunos, quem saíam perdendo, porque para recuperar esses dias de aulas perdidas os professores passavam vários trabalhos para casa e às vezes nem explicava. (Aluno 1, pesquisa de campo, 2015).

Quando o professor passava pela comunidade e não desenvolvia um bom trabalho, os alunos ou pais de alunos encaminhavam um abaixo assinado pedindo a substituição por outro professor para trabalhar na comunidade, conforme narrativa

> Teve alguns professores que passaram nesta comunidade somente uma vez porque depois a comunidade e principalmente os alunos não queriam que eles voltassem. No entanto, esses professores não voltavam para a comunidade, mas era encaminhado para outra comunidade que, às vezes, a comunidade não era tão ativa ao ponto de fazer cobranças na secretaria de educação. (Pai 1, pesquisa de campo 2015).

Todos esses acontecimentos causavam transtornos tanto para os pais de aluno e alunos quanto para a SEMED, que constantemente recebia reclamações ou abaixo-assinados de pais e alunos de que alguns professores não desenvolviam seus trabalhos com competência e seriedade, como afirma o Coordenador do DEEC a seguir:

> Constantemente chegava pais aqui na secretaria reclamando que tal professor não estava desenvolvendo seu trabalho com seriedade, diziam que às vezes os professores passam de dois a três dias sem aparecer na escola e quando

> chegavam queriam dar aula pela manhã e pela tarde para compensar os dias que faltavam na escola. (Coordenador do DEEC, pesquisa de campo 2015).

Muitas vezes os professores escolhiam trabalhar nesta modalidade de ensino não pela sua identificação com a educação do campo, mas pela gratificação de deslocamento que era paga pela SEMED aos professores. A pesquisa revelou que os problemas com o SOME não pararam por aí, além de problemas práticos de falta de domínio do conteúdo pelo professor, falta de compromisso com a comunidade, a não identificação do professor com o processo educativo no qual se inseriu, o que implica em falta nos dias letivos, desses professores, identificou-se também dificuldades na gestão e condução do SOME, além de questões de envolvimento entre professores e alunos denunciados especialmente por pais de alunos menores de idade, questões estas que estão no relato a seguir:

> [...] agora o principal problema enfrentado pela secretaria na época era denuncias sobre o envolvimento de professores com alunas ou professoras com alunos. E isso é a pura verdade, muitos professores descompromissados com a educação de qualidade aproveitavam da situação e da sua profissão para envolver-se com alunos que geralmente eram menores de idade. As escolas não tinham diretores, o diretor das escolas do campo era um só. A SEMED ficava sabendo de tais fatos ocorridos por meio da denuncia de pais ou alunos. (Coordenador do DEEC, pesquisa de campo 2015).

Essas fragilidades levaram ao gradativo processo de substituição do SOME pela nucleação das escolas do campo no município de Jacundá, pois diante de tantos problemas, a SEMED buscou novas alternativas para a oferta da educação nas escolas do campo no município de Jacundá. Deu-se inicio ao processo de nucleação das escolas do campo. Assim, passou-se a dar prioridade aos professores da própria comunidade com formação especifica ou em formação, bem como a melhoria da estrutura física da escola e a construção do PPP das escolas nucleadas que, a partir de então, passou a ter um corpo administrativo completo.

A partir do ano de 2010, a Escola Boa Ventura passou a ser utilizada como Escola núcleo no assentamento Jacundá e houve a ampliação de mais duas salas de aula, pois com a nucleação aumentou a demanda de alunos para a escola, principalmente do ensino fundamental maior e turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio. Mesmo com a ampliação da escola o número de salas não foi suficiente para atender a quantidade de alunos. E mais uma vez o prédio da igreja e da associação continuou sendo utilizada como sala de aula.

No início do ano de 2012, o número de salas, passou de três para cinco salas construídas. A Escola Boa Ventura foi ampliada, mais uma sala para laboratório de informática foi construída. Cada sala mede quarenta e oito metros quadrados. A escola tem uma cantina e quatro banheiros.

Assim, a partir do processo de nucleação o transporte escolar dos estudantes para a escola é feito em três caminhonetes, dois caminhões, e um micro-ônibus. O transporte escolar torna-se fundamental para o funcionamento das aulas. Haja vista que a maioria dos alunos depende do transporte escolar para chegar até à escola.

O processo de nucleação da escola Boa Ventura foi implantado no ano de 2010, por meio de um parecer do Conselho municipal de Educação de **Nº 02/2010** aprovado em 18 de março de 2010.

A política de nucleação das escolas do campo no município de Jacundá foi implantada e justificada pela melhoria da qualidade da educação. De acordo com a justificativa do parecer Nº 02/2010 do Conselho municipal de Educação de Jacundá que definiu a implantação da polarização mediante o discurso de:

> - Descentralização das questões administrativas e pedagógicas que antes eram de responsabilidade do departamento pedagógico de educação do campo da Secretaria Municipal de Educação de Jacundá;
> - Melhorar o atendimento às escolas por meio da implantação de um corpo administrativo e pedagógico, composto por um diretor e dois coordenadores pedagógicos em cada escola núcleo.
> - Ampliação dos investimentos em infraestruturas das escolas do campo e das estradas vicinais;
> - Ampliação dos investimentos em transportes escolares dos alunos;
> - Extinção das turmas multisseriadas nas escolas do campo no município de Jacundá, que na concepção de muitas pessoas é considerada o grande entrave para que haja uma educação de qualidade nas escolas do campo;
> - Organização do trabalho pedagógico por meio da construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo nucleadas, de modo a atender as peculiaridades de cada região ou comunidade, inclusive as demais escolas anexas ao núcleo.
> - Elevação do nível da oferta da educação básica nas escolas do campo nucleadas, com a implantação do ensino médio por meio do SOME.

De acordo com o que se percebe no parecer Nº 02/2010 que trata da aprovação da política de nucleação do 6º ao 9º ano de algumas Escolas do Campo no município de Jacundá, o entendimento de nucleação das escolas no campo segundo o Departamento de Educação do Campo (DEEC) da Secretaria de Educação de Jacundá refere-se “à anexação das unidades de ensinos rurais de menor infraestrutura transformando-as em

classes/turmas de uma unidade de ensino de Educação no Campo com maior infraestrutura. A unidade de maior infraestrutura será denominada “núcleo””.

A EMEF Boa Ventura foi escolhida por ter condições de garantir serviços administrativos e pedagógicos, além de possuir melhor condições de acesso, contando com a estrutura administrativa burocrática como requer a funcionalidade normativa de uma escola. Dessa maneira, a escola passou a contar com a presença de um diretor, vice-diretor, dois coordenadores pedagógicos, uma secretária escolar e duas auxiliares.

O acompanhamento pedagógico nas escolas anexas acontece semanalmente em cada escola anexa e é feita pela mesma equipe pedagógica da escola polo. A diretora e vice-diretora também fazem acompanhamento nas escolas anexas semanalmente.

Com a nucleação da escola Boa Ventura, as escolas anexas passaram a ofertar apenas as modalidades de educação do jardim ao 5º ano, com exceção da escola Jatobá Ferrado, que continua ofertando o ensino do 6º o 9º ano por meio do SOME, pois devido a longa distância e má condições de infraestruturas da estrada que liga a escola Boa Ventura até a Escola Jatobá Ferrado não houve a possibilidade de transportar os alunos para a escola polo.

A escola Boa Ventura passou a ofertar todas as modalidades de ensino da educação básica. Neste caso, todos os alunos que concluem o 5º ano nas escolas anexas, no ano seguinte estudam na escola Boa Ventura até concluir o ensino médio. A partir de 2010, a escola Boa Ventura teve seu prédio reformado com a ampliação de mais duas salas de aula e uma sala do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). O ProInfo é um programa educacional do Ministério da Educação que leva computadores, recursos pedagógicos e conteúdos educacionais disponíveis em diversos formatos digitais a escolas públicas brasileiras. De acordo com o MEC o ProInfo tem o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação.

Os problemas do fracasso escolar, a defasagem idade-série, causadas em decorrência das precárias condições em que se desenvolveram o processo de ensino e aprendizagem nas escolas anexas são refletidas na escola Boa Ventura nas turmas do 6º ano do ensino fundamental, caracterizando outro problema. A turma do 6º ano geralmente é superlotada com uma média de 30 a 35 alunos que vêm das escolas anexas, oriundos de turmas multisseriadas (1º ao 5º ano) e são misturados com alunos que vieram de turmas seriadas do próprio núcleo ou turmas multisseriadas com apenas duas turmas (4º e 5º ano), por exemplo.

O nível de aprendizagem dos alunos do 6º ano da escola Boa Ventura quanto à leitura e à escrita são bem distintas. Todas essas diversidades de problemas dificultam a prática pedagógica dos professores, principalmente no que diz respeito à adequação dos conteúdos de acordo com as especificidades da turma, haja visto, que os níveis de aprendizagem são bem distintos entre os alunos como pode ser observado no relato abaixo.

> A turma do 6º ano desde o processo de nucleação em 2010 é uma turma com total de 30 a 35 alunos. São alunos vindos de turma seriada do próprio núcleo e de turmas multisseriadas das escolas cinco escolas anexas. Sem falar das especificidades da turma, uma vez que são alunos advindos de cinco comunidades diferentes. Toda essa situação reflete diretamente na prática pedagógica do professor. (professor, pesquisa de campo 2015).

Nas cinco escolas anexas ao núcleo Boa Ventura, há turmas multisseriadas, nas escolas Santo Antônio IV e Novo Jacundá que são as escolas mais distantes do núcleo. Nestas escolas funciona apenas uma turma multisseriada (1º ao 5º ano). Existem turmas de multissérie inclusive na própria escola Boa Ventura. No entanto, a multissérie no núcleo acontece diferente. Assim na Escola Polo se combina multissérie e seriação da seguinte forma: alunos do jardim I e II formam uma turma. As turmas de 1º e2º ano formam uma turma; o 3º ano forma uma turma seriada; E as turmas de 4ºe 5º ano formam outra turma de multissérie.

Percebe-se uma série de peculiaridades que vêm ocorrendo na escola Boa Ventura, que ainda não contemplaram os objetivos almejados com a nucleação. Dentre os quais se destaca o caso das turmas multisseriadas, que mesmo depois da nucleação ainda permanecem.

Mesmo havendo investimentos em infraestruturas nas escolas núcleos e em algumas escolas anexas, ainda não são suficientes para atender a demanda de alunos. Em outras situações, existem algumas escolas anexas que praticamente foram esquecidas no que diz respeito à política de infraestrutura. Nota-se que nesta experiência os professores são “multifuncionais”, ou seja, desenvolvem na escola várias funções, de professor, de servente, de supervisor e ainda é este professor que carrega o material da secretaria de educação até a escola, acarretando o mesmo com uma sobrecarga de trabalho.

Os problemas presentes tanto na escola Boa Ventura quanto nas escolas anexas são cumulativos e contribuem para o chamado fracasso escolar dos alunos em decorrência das dificuldades enfrentadas diariamente. A peculiaridade no uso do

transporte escolar se coloca como um agravante, no núcleo Boa Ventura, uma vez que principalmente no período do inverno, muitos alunos que fazem o uso da rabeta e caminhonete como transporte escolar chegam à escola com o caderno molhado por causa da chuva porque esses meios de transporte não são cobertos.

Os alunos enfrentam uma jornada de até três horas e meia para chegar até a escola, havendo assim a necessidade de almoçarem na escola, e nem sempre a escola oferece um almoço de qualidade.

Com o processo de nucleação, muitos alunos que estudam na escola Boa Ventura vêm de outras comunidades vizinhas, Altamira Sete, Novo Jacundá, Urubu e Calango Assado. Para chegar até a escola utilizam vários meios de transportes e em algumas situações andam alguns quilômetros a pé, principalmente no período em que o nível das águas da represa de Tucuruí diminui.

Os alunos ribeirinhos saem de suas casas de Rabetas, andam alguns quilômetros no sequeiro do lago para chegar até a vicinal principal e pegar uma caminhonete para serem conduzidos até a escola. Na maioria das vezes as caminhonetes andam superlotadas e não atendem aos requisitos de segurança necessários na condução dos alunos.

Esta situação vem causando revoltas em alguns alunos, como podem ser observadas no relato de um deles durante uma reunião de pais realizada na escola Boa Ventura ao destacar publicamente suas angustias:

> No período que o lago seca e agente anda muitos à pé no sequeiro do lago, as vezes a gente chega muito cansado na escola e com fome também, mas nem todas as vezes nós alunos ribeirinhos não recebemos um almoço de qualidade. Já chegou dia em que deram pra nós somente suco com bolacha em vez de arroz com feijão. Quando começava a aula me dava um sono e eu não conseguia mim concentrar nas aulas direito (Aluno 2, pesquisa de campo 2015).

Nesse sentido, supõe-se que tais acontecimentos possam interferir no processo de aprendizagem desses alunos. Durante as aulas percebe-se que alguns alunos devido ao cansaço, decorrente do esforço feito para chegar até a escola, não conseguem interagir e participar ativamente das atividades propostas. Ao término das aulas às 16h30min os alunos enfrentam o mesmo percurso de volta para casa. Em algumas situações esses alunos chegam quase sete horas da noite em casa e, no dia seguinte a rotina do dia anterior se repete durante todo o ano letivo.

Percebe-se que ao longo dessa historia a prática de nucleação de escolas do campo tem provocado o esvaziamento, e em situações mais extremas, tem provocado também o fechamento de vários estabelecimentos de ensino no campo como já foi citado neste trabalho. Na região do Assentamento Jacundá havia sete escolas, todas multisseriadas, e com o processo de polarização houve o fechamento de uma escola e as demais foram anexadas ao núcleo Boa Ventura, sendo rotuladas de escolas anexas.

Figura 02: Escola desativada na Região do Assentamento Jacundá, em 2010, em consequência do processo de nucleação.

A imagem acima retrata a cruel realidade vivida por diversas comunidades camponesas que tem sua escola fechada por determinações de alguns Governos, através da política de nucleação. Diante de tal situação os alunos são obrigados à se deslocarem para outras escolas para dar continuidade nos estudos. Mais uma escola do campo fechada como consequência de uma política capitalista neoliberal que não leva em consideração as opiniões dos principais sujeitos envolvidos mesmo que isso seja previsto legalmente. Os moradores das pequenas comunidades rurais são os menos ouvidos neste caso.

É lamentável ver que existe pessoas que olham para essa fotografia ou até mesmo vivem realidade parecida como a mostrada acima e chama isso de desenvolvimento. Que tipo de desenvolvimento é esse? Será que esse desenvolvimento garante a sustentabilidade da comunidade ou vilarejo no qual esta escola funcionava? Sabe-se que não, pois o fechamento dessa escola teve como consequência nos anos seguintes, o deslocamento da maioria das famílias que viviam no entorno desta escola para outros lugares.

Para as famílias que ainda resistem a essa situação, restou a angustia e o sofrimento, pois essas famílias tiveram que mudar toda a sua rotina familiar para adaptar-se ao modelo da nucleação como pode ser observado no relato abaixo:

> Depois que a escola foi mudada para um lugar mais distante, tivemos que mudar a nossa rotina familiar também, temos que acordar mais cedo para fazer a merenda das crianças, o horário de almoço apesar de mais cedo, as 10h40min para as meninas que estudam a tarde, as crianças estudam pela manhã só chegam em casa de novo as 12h00min [...] De 2010 até o ano passado (2014) o carro não vinha buscar as meninas aqui em casa eu tinha que ir deixar elas até a beira da estrada principal porque eles diziam que o carro não dava pra vim até aqui porque a estrada era muito ruim (Pai 2, pesquisa de campo 2015).

Vale a pena refletir sobre a desarticulação entre as políticas públicas. Promover a polarização da escola, supõe-se que para garantir o transporte escolar seja necessário garantir também a manutenção das estradas. A entrevista deixa muito claro que na realidade as medidas oficiais são tomadas sem levar em conta a situação das famílias que precisam da escola, e na realidade provocaram total desorganização na vida das pessoas como relatou a entrevistada.

A mudança na rotina familiar tem se mostrado um dos principais impactos em decorrência da política de polarização, tanto nesta pesquisa quanto na reflexão observada em outros trabalhos para a elaboração desta pesquisa. Isso acontece porque na maioria dos casos a politica de nucleação vem sendo implantada sem que haja um dialogo com as comunidades impactadas.

A política de infraestrutura tão necessária para o deslocamento dos alunos que moram distantes do núcleo, na maioria das vezes, é precária e não consegue possibilitar a trafegabilidade dos transportes escolares até as casas dos alunos, fazendo com que os alunos tenham que completar esse percurso a pé ou utilizar veiculo próprio como a utilização de motos, que é mais comum na região.

Diante do que foi discutido até aqui percebe-se que o campo ao longo dos últimos anos vem passando por um processo de reorganização assim como os processos educacionais, principalmente a partir do processo de nucleação e fechamento de escolas do campo. Por um lado, percebe-se a mobilidade espacial de parte das populações do campo em busca de melhores condições de vida. De outro lado, percebe-se também a resistência de parte da população diante dessas mudanças, essas pessoas buscam um modo de reorganização da vida para dar continuidade nos estudos e para suas vidas.

CAPITULO 3: POLARIZAÇÃO DA ESCOLA BOA VENTURA E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE

A realização da nucleação da Escola Boa Ventura tem seus pontos positivos no que se trata de investimentos em materiais e ampliação do número de funcionários na instituição, ao mesmo tempo em que aos olhos da comunidade escolar existe discordância entre os pais de estudantes no que se trata do aprendizado e do comportamento dos seus filhos no ambiente escolar.

3.1 Como as pessoas veem a polarização

Como reflexo da polarização a população identificou maior movimentação na Vila Santa Clara, onde se localiza a escola, particularmente durante o período letivo. Assim, o fato é visto com diferentes olhares pelos pais de estudantes que são moradores da vila ou das proximidades que analisam como tendo causado impactos positivos, a nucleação principalmente no que trata do desenvolvimento da vila bem como a possibilidade de acompanhamento do filho nesse processo, conforme depoimento de uma mãe: “Eu acho que depois da polarização dessa escola mudou muito o movimento aqui na vila, nós sentimos falta desse movimento nos finais de semana e durante o mês de férias. Quando não tem aula parece que a vila fica mais quieta”.

Percebe-se no relato o quanto a movimentação de transportes e de pessoas assim como a ampliação da escola traduz na percepção da população algo bom, tanto que faz falta na vila na opinião dos moradores. No que trata da aprendizagem e acompanhamento dos filhos na escola, de acordo com o relato do pai que morada próxima da escola Boa Ventura:

> Depois da polarização eu não tenho visto muitas diferenças na aprendizagem dos meus dois filhos não, eu acho que eles continuam desenvolvidos do mesmo jeito que antes. Depois que cresceu a escola eu só fui chamado uma vez para resolver assunto de comportamento do meu filho mais novo, mas eu vou na escola de vez em quando olhar como eles estão, pergunto para a diretora sobre o comportamento deles e ela fala que eles estão indo bem (Pai 3, pesquisa de campo 2015)

Observa-se na opinião de um pai de estudante que mora na vila que a localização da escola em relação a sua moradia possibilita maior acesso ao ambiente escolar e, portanto, melhor acompanhamento dos filhos, principalmente porque não precisa se deslocar por uma longa distância. Assim, o modelo implantado não impactou

visivelmente na aprendizagem do filho, porém possibilitou um acompanhamento mais próximo dos pais da Vila Santa Clara aos filhos na escola.

Em relação aos pais de estudante que moram, mais distante da escola o acompanhamento do dia-a-dia escolar dos filhos não é uma tarefa fácil, como relata o do pai que mora distante da escola Boa Ventura:

> Depois que meus três filhos foram estudar longe da minha casa eu só fico despreocupada quando eles voltam para casa, eu só vou à escola a cada dois meses quando tem a reunião dos pais para receber o resultado das provas, porque para chegar na escola precisa andar meia hora de canoa, depois andar mais meia hora de carro para chegar na escola, por causa da distancia eu prefiro não frequentar a escola para acompanhar igual eu fazia quando a escola era perto de casa. Agora recebo noticia que eles brigam na escola e as notas dos dois filhos mais novos foram baixas na última prova (Pai 4, pesquisa de campo 2015).

O relato demonstra a insatisfação da mãe, principalmente porque a distancia entre a escola e sua casa não lhe possibilita o acompanhamento com mais frequência do comportamento e desenvolvimento do seu filho dentro da sala de aula.

Se comparado as duas falas dos pais, levando em conta a distancia e possibilidade que cada um tem para acompanhar seus filhos na escola, percebe-se a diferença na opinião em relação ao nível de satisfação entre os dois, no que se trata das possibilidades de acompanhamento no ambiente escolar junto ao filho. Para alguns a mudança não refletiu positivamente como mostra a fala abaixo:

> Eu não acho que foi uma atitude boa mudar todas as escolas para funcionar somente na vila, porque quando o lago seca a distancia fica ainda maior, eu tenho que acordar muito cedo para garantir que os meninos, cheguem na escola na hora certa, eles têm que caminhar mais de 40 minutos no baixão do lago para depois entrarem no carro que leva os alunos até a escola. Quando o lago está seco eu não vou nas reuniões de pais porque é muito longe (Pai, 5, pesquisa de campo 2015)

Nesse sentido a nucleação não beneficiou igualmente a comunidade escolar, uma vez que se identificou nos relatos acima dos pais de alunos uma contradição em relação as a distância entre as moradias dos estudantes e a escola. Os relatos dos pais que moram distantes da escola, demonstram que os mesmos já tiveram escolas perto de suas casas, algo que lhes possibilitavam melhor acesso e acompanhamento dos filhos na escola. Ao contrário da opinião de pais que moram perto da escola.

> Eu acho que mudou muito a escola depois que polarizou, porque eu mesmo não concordava que meus filhos estudassem numa turma multisseriada onde os alunos do primeiro ano estudavam juntos com os alunos do quinto ano, na

> minha opinião, eles não se desenvolviam igualmente se desenvolvem numa turma seriada igual tem agora nessa escola (Pai 6, pesquisa de campo 2015).

Observa-se de acordo com o relato que o pai faz uma critica ao modelo de ensino multisseriado e concorda com a nucleação, esse pai mora vizinho a escola onde já funcionou também com salas multisseriadas, por isso ele conhece como funciona uma sala multisseriada.

A polarização da Escola Boa Ventura no que se refere a qualidade de ensino conforme a opinião dos pais não alterou o quadro que já existia, permaneceu no que estava, o relato de pai de estudante faz a seguinte afirmação:

> Depois que polarizou a escola da vila eu não acho que mudou muito a qualidade de ensino dos alunos não, em minha opinião ficou do mesmo jeito que estava, os dois professores que trabalhavam continuaram trabalhando e os que vieram para lecionar não são melhores do que os professores que já estavam trabalhando, (Pai 7, pesquisa de campo 2015).

Na avaliação de pais que moram perto da escola a qualidade do ensino continua instável em relação ao modelo anterior que era multisseriada. Também os pais que moram distante da escola fazem a mesma afirmação, constata-se na fala da mãe:

> Quando polarizou a escola da vila e acabou a escola de perto da minha casa meus filhos já sabiam ler, o mais velho estava no terceiro ano e o mais novo no segundo ano e continuaram tendo aula de português com a mesma professora que dava aula na escola da ilha, então eles mesmo falam que não sentiram dificuldades com os outros professores, porque eles ensinam igual à professora deles. O que eles reclamam é das salas com muitos alunos e muita bagunça, mas eles nunca reprovaram (Pai 8, pesquisa de campo 2015)

Identificamos que na escola pólo tem professor de uma escola que foi desativada, algo que colabora na permanência de algumas metodologias de ensino e de práticas pedagógicas anteriores a nucleação, mudando somente horário de disciplina e a quantidade de estudantes numa única série, diferente das salas multisseriadas.

Verifica-se que as pessoas da comunidade veem a polarização com diferentes olhares por sua própria situação favorável ou não ao aprendizado dos filhos. A distância ou proximidade da moradia da família e a escola implica particularmente a possibilidade de estar sempre presente nas reuniões de pais e outros eventos que dependem da participação deles, o que a polarização pode favorecer para uns e dificultar para outros, pela política de fechamento de escola. Nesse sentido, Libâneo (2004, p.114), aponta que:

> A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde a novas formas de relação entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas praticas de descentralização, autonomia, co-responsabilização, interculturalismo [...].

Partindo desse ponto de vista, observa-se que a participação das famílias na gestão da escola tem sua importância. Porém quando se trata de escolas do campo, essa situação pode perder a qualidade, principalmente porque a distancia entre a escola e as moradias de alguns estudantes dificulta a participação dos pais nos eventos escolares, por isso a polarização desagrada.

3.2 O que foi proposto e o que ocorreu?

A pesquisa revela que o aspecto de contenção de gastos, é o que move a decisão de nucleação em primeira instância. Nesse caminho, o poder público municipal inicia ajustes em suas organizações educacionais, realizando o processo de nucleação das escolas do campo, que basicamente consiste no agrupamento de diferentes instituições de ensino multisseriadas (grande maioria) e seriadas, em um único estabelecimento, chamado Escola Polo. (BRASIL, 2007 apud PASTORIO, 2015).

Quando ocorre uma mudança no ambiente escolar seja ela: na estrutura física, projetos pedagógicos ou as mudanças no sistema escola, é natural que se esperem que as modificações contribuam positivamente no processo de aprendizagem dos alunos e na melhoria dos trabalhos dos docentes.

No que trata das mudanças na estrutura física e pedagógica no processo de nucleação da Escola Boa Ventura, conforme foi proposto pela Secretaria de Educação de Jacundá é possível perceber sua relevância na maioria dos aspectos ainda que deixe a desejar em outras situações, consideradas irrelevantes aos olhos da direção da escola, conforme relato da diretora:

> Eu sou a terceira diretora dessa escola desde que foi polarizada e avalio que o processo de polarização da Escola Boa Ventura só veio a contribuir com a comunidade porque aumentou o investimento em transporte escolar, antes da polarização só tinha uma caminhoneta agora temos duas caminhonetas, um micro-ônibus e um caminhão para carregar os alunos. Também melhorou a estrutura física da escola que só tinha duas salas e agora são oito salas de aula, as coisas negativas são coisas pequenas que falta mesmo em todas as escolas (Diretora da escola Boa Ventura, pesquisa de campo 2015).

De acordo com o ponto de vista da diretora a proposta de polarização da escola foi positiva por considerar que os investimentos necessários ao funcionamento da escola

foram suficientes. Porém ela mesma reconhece que há pontos negativos embora considerados irrelevantes por ela, mas se faz necessário avaliar até que ponto seja irrelevante o fato de existir caminhão para carregar estudantes, podendo ser um transporte confortável e seguro.

No que se trata do funcionamento das aulas e o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que são indicadores da qualidade do ensino, a direção da escola afirma a positividade das ações através dos índices de aprovação, conforme o relato:

> A qualidade de ensino nessa escola tem melhorado a cada ano desde que foi polarizada, uma das provas dessa melhoria é a quantidade de alunos aprovados, superior ao número de reprovação. Por exemplo, no ano de 2014, o número de reprovação foi de 15% no ensino fundamental menor e 10% no ensino fundamental maior. Então a polarização da escola eu considero algo positivo por esse e outros motivos que levou o desenvolvimento da vila (Diretora da escola Boa Ventura, pesquisa de campo 2015).

Constata-se que a opinião da diretora é totalmente a favor da nucleação, e direciona seu ponto de vista para o resultado das avaliações realizadas na escola como o principal indicador dessa qualidade. Porém existe uma contradição no que se trata de avaliações institucionais como a provinha brasil em que e prova realizada em 2014 aponta os alunos com média abaixo de 30% de acerto em língua portuguesa, sobressaindo apenas em matemática com media de 50% de acerto e média de 15% de acerto nas provas da primeira fase das olimpíadas de matemática de 2014.

Percebe-se que a avaliação feita pela diretora é apenas do produto final: os índices de avaliação e não do processo educativo como um todo, o que nos leva a perceber que é uma avaliação estreita, sem considerar outros elementos importantes, apenas concordando com a Secretaria de Educação do município.

No município de Jacundá o processo de escolha do diretor (a) não acontece por meio de eleição direta ou escolha da comunidade escolar, mas sim, por indicação de vereadores, prefeito ou secretaria de educação. Trata-se de um cargo de confiança que acontece por indicação política.

Por outro lado, essa pesquisa precisaria aprofundar especificamente no que trata do processo avaliativo dos estudantes e o envolvimento de todo o corpo docente e direção da escola, para entender até que ponto tem consistência esse processo avaliativo somente dos discentes como indicador da qualidade do ensino nessa escola,

principalmente se levarmos em conta a proposta avaliativa que atravessa o ato de planejar e desenvolver as ações, como aponta Luckesi (2005, p.118):

> A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planificada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista sua construção.

Nesse sentido não dá para avaliar a qualidade de uma instituição levando em conta somente o resultado das avaliações realizadas pelos professores de acordo com a disciplina que ministra, especialmente se essas avaliações não estão vinculadas a um projeto pedagógico coletivo.

A proposta de nucleação da Escola Boa Ventura, pela secretaria de educação de Jacundá visava reduzir gastos para o município e ao mesmo tempo melhorar a qualidade do ensino. No que trata da redução de gastos na contratação de professores e investimentos em transportes, a diretora faz um comparativo com os investimentos feitos antes da polarização, como mostra o relato:

> Antes da polarização, a escola tinha 1 caminhonete somente carregando os alunos, porque os outros moravam perto dessa escola e das outras escolas que são anexas a ela hoje. Aqui na escola trabalhavam dois professores do primeiro ao quinto ano e dois professores do SOME do sexto ao nono ano. Em cada uma das escolas que hoje são anexas da Boa Ventura, tinha duas com dois professores e três com apenas um professor. Agora tem mais carros carregando alunos. Em relação aos professores: são dez trabalhando aqui no pólo e dois em cada uma das duas escolas que ainda funcionam (Diretora da escola Boa Ventura, pesquisas de campo 2015).

De acordo com o relato, constata-se que os gastos com professores e transportes de estudantes dobrou depois da polarização da escola. Diante das confirmações constata-se que a proposta de reduzir gastos não deu certo, uma vez que teve aumento e com todo esse investimento em função da melhoria da qualidade da educação. Vimos que ainda existem duas salas com multissérie: sendo o primeiro e o segundo ano numa sala e o terceiro e o quarto ano juntos em outra sala, conforme relato de uma das coordenadoras da escola:

> A escola só tem duas turmas com multissérie, mas é bem melhor de se trabalhar porque são apenas os alunos do primeiro e segundo ano numa turma e alunos do terceiro e quarto ano em outra sala onde os conteúdos são muitos parecidos, necessitando apenas de adequação na metodologia do professor. Diferente de quando se trabalhava cinco séries numa única série, (Coordenadora Pedagógica da escola Boa Ventura, pesquisas de campo 2015).

Nesse sentido, algumas metas e objetivos da polarização foram atingidas, mas o caso da multissérie não foi totalmente resolvida com a polarização da escola Boa Ventura. Também os estudantes continuam sendo alfabetizados com o mesmo espaço de tempo que era realizado quando eles estudavam em salas multisseriadas, assim relata um professor:

> Eu trabalhei durante 15 anos com salas multisseriadas e agora estou no quinto ano de experiência com escola pólo. Eu conseguia alfabetizar os alunos no máximo na terceira série ou quarto ano, agora eu trabalho com alunos do terceiro e quarto ano que estão sendo alfabetizados igualmente ocorria nas salas multisseriadas onde eu trabalhava com alunos do primeiro ao quinto ano, (Professor 2, pesquisas de campo 2015).

De acordo com esse o relato constata-se que os estudantes do primeiro ao quarto ano estão sendo alfabetizados no mesmo prazo que havia sido alfabetizado nas salas multisseriadas. Partindo desse ponto de vista, os avanços que houveram na escola depois da nucleação, como afirma a diretora ao falar das melhorias, não atingiu significativamente o desenvolvimento da alfabetização das crianças. Também não houve redução das despesas com funcionários e transportes, de acordo com a proposta inicial da secretaria de educação, o que leva a considerar-se que a proposta da polarização não cumpriu o seu propósito.

3.3 Polarização e Educação do Campo

Polarização de escolas do campo e a proposta de Educação na perspectiva da educação do campo de imediato parecem dois processos que não se combinam bem. O primeiro implica no fechamento de escolas e, portanto, na negação de um direito básico de toda criança ou jovem: o acesso à educação básica. O segundo trata-se de um processo ainda em construção, cuja bases teórico-metodológicas reafirmam o direito a Educação de qualidade em qualquer parte onde tenha estudante sem que este tenha a necessidade ou obrigação de se deslocar até outra comunidade para estudar.

A polarização da escola no campo proporciona um aglomerado de estudantes de comunidades diferentes numa vila considerada mais desenvolvida entre as demais, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de projetos pedagógicos que dialoguem com uma quantidade consideráveis de estudantes do campo. No caso da polarização da Escola Boa Ventura, existe um aglomerado de 400 estudantes no mesmo núcleo escolar, porém os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola desde a sua

polarização, apenas dois projetos foram direcionados aos eixos temáticos da Educação do Campo como relata o professor que era coordenador em 2012:

> Durante o ano de 2010 depois da polarização da escola, foi desenvolvido um projeto pedagógico de Educação do Campo trabalhando durante o ano inteiro o eixo temático "agricultura Familiar, identidade cultura gênero e etnia". Durante o ano de 2012, foi trabalhado outro eixo temático da Educação do Campo "Sistema de produção" durante o ano todo realizando pesquisa de campo através dos alunos e contextualizando em sala de aula. Mas no ano de 2013 e 2014, não foi desenvolvido nenhum projeto voltado para essas temáticas porque houve troca de professor e os que foram contratados não tem o mesmo interesse para trabalhar os projetos, (Ex-coordenador pedagógico, pesquisas de campo 2015).

Constata-se também que apesar do ambiente ser favorável as praticas de Educação do Campo, tem dois que não se trata mais da temática por falta de formação continuada dos professores e falta de incentivo da direção e coordenação do polo escolar, conforme o relato do professor:

> Os dois anos em que foram trabalhados eixos temáticos que tratam da problemática do campo, foi muito bom porque os alunos estavam sempre trazendo informações novas através das pesquisas para contribuir na contextualização dos conteúdos e os pais sempre estavam presentes na maioria das palestras e participavam das entrevistas e os professores trabalhavam coletivamente no desenvolvimento das propostas pedagógicas, mas quando concluímos o segundo eixo temático sistema de produção, eu fui tirado da coordenação, por não ter apoiado os políticos eleitos, então foi contratados dois coordenadores que não entendiam dessa temática e mudaram a metodologia dos projetos e a temática. Eu ainda continuo contextualizando os conteúdos, isoladamente em minha sala de aula (Ex-coordenador pedagógico, pesquisas de campo 2015).

A falta de formação continuada dos professores dessa escola do campo e a falta de interesse da direção da escola tem deixado nos últimos dois anos a escola sem desenvolver projetos pedagógicos que tratam da problemática desse Assentamento que, de acordo com o relato do professor as pessoas que conseguem desenvolver essa temática estão fora da coordenação, desenvolvendo a temática do campo através de atividades isoladas em sua sala de aula.

Se coletivamente já é difícil para os professores desenvolverem projetos e alcançar os resultados esperados, no plano individual torna-se mais difícil efetivar as ações pedagógicas com esse caráter. Machado, Campos e Paludo (2008, p.67) em suas reflexões já afirmam que é necessário o envolvimento dos sujeitos na organização e desenvolvimento do processo educativo:

> É necessário a construção de uma organização escolar com o envolvimento dos sujeitos. Essa participação não pode se dar apenas em assuntos pontuais, como costumeiramente a escola capitalista faz, mas no dia-a-dia da escola, o

> que significa a participação dos sujeitos no pensar o processo educativo, na realização do planejamento, no desenvolvimento daquilo que foi planejado e na avaliação dos resultados.

Na organização das propostas educativas na perspectiva da Educação do Campo, os professores precisam estar juntos desde o ato de planejar até a avaliação do que foi desenvolvido na escola. De acordo com Caldart (2008, p. 81):

> A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive na escola.

Diante desse ponto de vista, a educação na perspectiva da Educação do Campo compreende ações envolvendo a coletividade dos sujeitos iniciando pelo corpo docente, as famílias dos educandos, junto com os estudantes. No entanto, a pesquisa aponta um ambiente escolar fragmentado, sem a interação necessária entre os sujeitos da comunidade escolar. Nesse ambiente, notamos que os sujeitos não planejam e nem trabalham coletivamente.

Outra situação presente no polo escolar Boa Ventura é a falta de formação da coordenação para desenvolver projetos na perspectiva da Educação do Campo. Os professores que tem essa formação são orientados a desenvolver projetos, mas não tem autonomia para direcionar adequadamente. Assim, as ações pedagógicas na perspectiva da Educação do campo não são desenvolvidas coletivamente, são desenvolvidos de modo isolado dentro da sala de aula daqueles professores que têm formação específica e experiência para atuar na perspectiva da Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões sobre a política de nucleação na escola Boa Ventura percebe-se que este processo vem sendo implantado nas esferas estaduais e municipais sem que haja um diálogo com as comunidades verdadeiramente impactadas, no caso, as comunidades que tiveram escolas fechadas ou alunos deslocados para escolas de outra comunidade onde se encontra a escola polo.

Observa-se que a política de polarização não leva em conta a diversidade de situações enfrentadas por diferentes famílias no que tange o acesso à escola. É como se quisesse facilitar a gestão dessa política para a Secretaria Municipal de Educação e não em garantir o acesso à educação para todas as crianças.

Assim, a polarização tem apresentado reflexos distintos para a gestão pública, para a escola polo, para as escolas anexas, para as comunidades, para as famílias e para os estudantes. Como resultados parciais, vimos que a polarização implica no fechamento de escolas; no deslocamento de alunos de suas comunidades para a continuidade dos estudos; na reorganização do sistema educacional no campo; e por fim, observamos que a polarização não significa de imediato a qualificação de processos educativos visibilizando o educando, mas vimos uma significativa perda do principal mecanismo de socialização e integração entre os sujeitos da comunidade, que é a própria escola que foi fechada, e ainda, que essa polarização que privilegia conforto para gestores locais com a redução de custos, produz mudanças radicais na rotina das comunidades e seus educandos, chegar na escola impondo outra dinâmica como: acordar mais cedo, utilizar transportes as vezes sem segurança suficiente para.

Nesse sentido, verifica-se que os reflexos do processo de polarização da Escola Boa Ventura têm causado impactos para diversos atores sociais das comunidades envolvidas. Assim, pode-se tirar algumas conclusões a partir dos impactos causados aos diversos atores.

Para os gestores o processo de polarização facilitou a gestão pública e reduziu os custos benefícios na oferta da educação básica por meio do agrupamento do grande número de alunos na escola polo.

Para os educandos que precisam usar dois transportes escolares para se deslocar até a escola polo, localizada em outra comunidade, a política de polarização tem se caracterizado como um processo que dificulta o acesso e o direito à educação aos educandos do campo. Na concepção e alguns professores e confirmadas durante os relatos de alguns alunos e pais de alunos, o longo percurso enfrentado diariamente durante todo o ano letivo, tem contribuído de maneira negativa no desenvolvimento dos alunos, principalmente, no período de outubro a dezembro. O baixo nível de desenvolvimento nesse período se dá em consequência do grande esforço físico dos alunos para chegar até a escola, pois nesse período os alunos têm que sair de casa por volta de nove horas da manhã para participar das aulas no período vespertino.

Já para os alunos que são da comunidade onde se encontra a escola polo, a polarização tem apresentado resultados positivos, pois, o percurso de casa até a escola não é tão longe e não exige grandes esforços físicos. E isso, de certa forma, coloca esses alunos numa situação de conforto em relação aos alunos advindos de outras comunidades.

No que trata da participação da família na escola pode-se inferir que as famílias que moram distante da escola não conseguem garantir sua participação ativa no acompanhamento dos filhos durante o ano letivo, principalmente se levarmos em conta as afirmações que descrevem o trajeto entre a casa dos pais dos estudantes até chegar à escola, uma vez que estes, na maioria das vezes também dependem do transporte escolar para chegar até a escola. Os transportes escolares que quase sempre andam superlotados dificultam ainda mais a possibilidade de os pais acompanharem os filhos cotidianamente na escola a não ser em dia de reunião de pais.

Diante do exposto ao longo deste trabalho, conclui-se que para as famílias e para os alunos que moram mais distantes da escola polo os impactos da polarização têm provocado efeitos negativos tanto no processo de aprendizagem dos alunos, devido ao cansaço provocado pelo complexo percurso, como é o caso dos que precisam utilizar dois meios de transporte e ainda caminhar um bom trecho, quanto para as famílias que tiveram que reorganizar sua rotina diária em função do tempo que os alunos precisam sair de casa para chegar até a escola.

Em relação as comunidades envolvidas, percebe-se impactos positivos para a comunidade em que se encontra a escola núcleo, uma vez que esta torna-se referência no desenvolvimento de políticas públicas que visam a melhoria da comunidade, enquanto que nas comunidades que tiveram sua escola fechada ou alunos transferidos para a escola polo, os impactos foram negativos porque a estes foi dificultado o acesso a vários direitos, e porque não dizer direitos negados para alguns a partir da polarização. Nesse sentido, entende-se que a falta de uma educação ofertada na própria comunidade contribui para o desenraizamento dos alunos das questões inerentes ao contexto social em que está inserido. E isso, na concepção de Oliveira (2011) representa uma grande perda para essas populações.

A política de polarização de escola do campo por meio do fechamento de escolas ou através do deslocamento de alunos vem impossibilitando a execução da proposta de educação do campo que leva em consideração os modos de vida dos diferentes povos do campo enquanto sujeitos de direitos. A proposta de educação do campo caracteriza-se pela valorização dos modos de vida específicos dos sujeitos do campo, pela luta na afirmação da identidade que os caracterizam e principalmente pelo reconhecimento do campo como um espaço geográfico, histórico, social e cultural que deve ser respeitado em suas especificidades.

Na concepção de Educação do Campo, os povos do campo não são vistos como sujeitos que precisam sair do campo para educar-se, mas como sujeitos que querem permanecer no campo e educar-se na vida e para a vida, e assim mudar a visão equivocada de que o campo é um lugar atrasado que não oferece perspectivas de vida a seu povo. Nesse sentido, percebe-se que a ausência da escola nas comunidades polarizadas não contribui para a sustentabilidade, ao contrário, tem contribuído para o processo de isolamento, esquecimento por parte do poder público e consequentemente o desencantamento de muitas famílias com a vida no campo diante de tantas dificuldades, inclusive aquela de ter acesso à educação básica de qualidade.

As reflexões deste trabalho proporcionaram-me um aprendizado significativo e de grande relevância para a minha formação acadêmica e, sobretudo, para a minha prática docente enquanto educadora do campo. Acredito que o reconhecimento da realidade em que os alunos estão inseridos é de grande importância para que possamos

entender o contexto em que ocorre o processo de ensino e aprendizagem, e consequentemente a ressignificação de nossas práticas pedagógicas.

Espera-se que estes resultados possam ser apropriados pelos educadores, pelas escolas estudadas, pelos gestores locais e pelas políticas de educação nos âmbitos municipais, estaduais, nacional e sobretudo, por outros pesquisadores para o direcionamento de ações que visem a melhoria da educação ofertadas aos educandos do campo.

Esta pesquisa não se encerra aqui, mas espera-se que possa provocar novas reflexões e outras pesquisas para aprofundar os estudos relacionados ao tema e essencialmente que possa servir de inspiração para mudanças significativas tanto no campo da gestão, como no campo pedagógico, e também sugerir melhorias nas políticas públicas direcionadas a educação dos sujeitos do campo na perspectiva de contribuir para melhorar cada vez mais as Escolas e a Educação do campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Paulo de. **Teorias e práticas da educação do campo: Discutindo a cultura camponesa no processo ensino-aprendizagem.** (org). Carmem Lúcia Bezerra Machado; Cristiane Senhorinha Soares Campos; Conceição Paludo. Brasília: MDA, 2008.

Anuário Brasileiro Da Educação Básica, 2012. Moderna, 2012. Disponível em: http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A83376FC2C9013776334AAE47F0. Acesso em 23 de julho de 2013 às 21h10mim.

ARROYO, Miguel González, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Instituído pela Lei nº 9.23-9-97 - 3ª edição.

_____ Resolução Nº 2**,** de 28 de abril de 2008 **(Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo). Brasília,** DF**.** 2008.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. 1990.

_____. CNE/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA RURAL/DO CAMPO: os desafios de um objeto em construção**. (Entre 2009 e 2012). Disponível em: <http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/maria_amalia1.pdf. acesso em 12 de maio de 2013 às 21h 44min>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo_ políticas públicas_ educação/** Bernardo Mançano Fernandes. Clarice Aparecida dos Santos. (organizadora) _ Brasília: Incra; MDA, 2008

HÉBETTE, **Jean Cruzando a Fronteira, 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**, UNIVERSITÁRIA Belém 2004.

IBGE.Cidades@ Pará – **Jacundá**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil. 150380

INEP/ MEC/. **Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC**. Brasília, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico do IBGE de 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00 acesso em 11 de agosto de 2013 às 15h50min>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Cartilha do Transporte Escolar**. – Brasília, DF. 2005.

LIMA, Mayará Ferreira. **Fechamento de escolas é atentado, afirma educador**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Fechamento-de-escolas-e-atentado-as-comunidades-rurais-afirma-educador-salomao-hage. Acesso em: 14 de agosto de 2012 às 12h20mim>.

MARTINS, J. de S. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão**. In: MARTINS, J. de S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 143-203.

MEC/FNDE. **Alunos beneficiados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, ano 2013**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/1503804). Acesso em 12 de julho de 2013 às 20h22min>.

MST. **Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural**. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/12562. Acesso em 03 de janeiro de 2012 as 10h22mim.

OLIVEIRA, Ana Maria Vergne de Morais. **A Nucleação de Escolas Rurais: alguns elementos para reflexão.** In: I encontro de pesquisa e práticas em educação do campo da Paraíba. João Pessoa, Centro de Educação UFPB, 2011. Disponível em: http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/04.pdf. Acesso em 13 de junho de 2013 às 09h45mim.

PEREIRA, Roberval Eloy. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural no Estado do Paraná**. São Paulo: Annablume/Fundação Araucária, 2002.

PERIPOLLI, Odimar J. **O esvaziamento do campo entre jovens camponeses versus educação/escola**. Revista do LABOR, Fortaleza, v. 1, n. 5, p. 184- 200, 2011.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola a academia**. São Paulo: Rêspel, 2008.

RASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: Limites e possibilidades do processo de nucleação em Pato de Minas, MG (1990-2002)**. Dissertação de Mestrado.

Universidade Federal de Uberlândia. Programa de pós-graduação, 2007. Disponível em: http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/a-educacao-rural-brasileira.-limites-e-possibilidade-do-processo-de-nucleacao-em-patos-de-minas-mg-1990-2002/view. Acesso em 14 de julho de 2013 as 9h37mim.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e historia de Jacundá (1915- 1983)**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2001.

TAFAREL, C. Z. e MOLINA, M. C. **POLÍTICA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO.** In: CALDART *et al*. (orgs.) Dicionário de Educação do Campo. 3ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013. pp. 569 a 576.

THALES, M. C. **Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil** . Brasília. Editora: Universidade de Brasília, 2004.

TENÓRIO, Edel Moraes; BARROS, Oscar Ferreira; HAGE, Salomão Mufarrej. **Políticas de Nucleação e Transporte Escolar: construindo indicadores de qualidade da educação básica nas escolas do campo da Amazônia.** 2010. Disponível em: http://www.geperuaz.com.br/pagina.php?cat=130. Acesso em 17 de Junho de 2012 as 10h20min.

Veiga, J.B., Poccard-Chapuis, R., Alves, A.M., Piketty, M.G., Thales, M.C., Grijalva, J., Valencia, F., Rios, J., Tourrand, J.F., 2001. **A Amazônia Pode Virar um Grande Região de Pecuária Bovina Sustentável?** Draft, Embrapa/CPATU, Belém

VIEIRA, Maria Leliana; SANTOS, Maria Vanuzia Soares dos & JESUS, Sandra Santos de. **O processo de nucleação das escolas do campo no município de Poço Redondo/Se**. In: IV colóquio Internacional "Educação do Campo e Contemporaneidade". São Cristóvão- SE, 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_16/PDF/8.pdf. Acesso em 12 de julho de 2013 às 14h30min.

ANEXOS

Anexo 1: Parecer nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: Departamento de Educação no Campo

Assunto: Aprovação de Nucleação de 5ª a 8ª série de algumas regiões de Educação no Campo No Município de Jacundá

Relatora: Nilva Alves da Silva

Parecer N.º 02/2010

Colegiado: Comissão de Ensino Fundamental

Aprovado em:18/03/2010

I. HISTÓRICO

O presente parecer trata da análise do Processo de Nucleação do 6º ao 9º das Escolas Municipais de Ensino Fundamental:EMEF Altamira sete situada a região da Altamira e EMEF José Bonifácio na região do Calango Assado. Ficando Como Escola Núcleo a EMEF Boaventura localizada na Vila Santa Clara.
O processo foi instruído pelo Departamento de Educação no campo, DEEC sendo encaminhado a este Conselho para análise e parecer.

II. ANÁLISE

Na análise do processo, observamos que o documento apresentado está de acordo com a Legislação vigente CNE Res.01 de 03 de abril de 2002.
Entende-se por nucleação das Escolas de educação no Campo a anexação das unidades de ensino rurais de menor infra-estrutura transformando-as em **Classes/turmas** de uma unidade de ensino de Educação no Campo com maior infra-estrutura. A unidade com maior infra-estrutura será denominada "Núcleo".
A EMEF Boaventura foi escolhida por ter condições de assegurar os serviços centrais e possuir melhor condição de acesso e pedagogicamente às classes a ela vinculadas, contando com o atendimento de diretor, pedagogo e secretário escolar, que se deslocam frequentemente para que possam atender as necessidades existentes.
A EMEF Boaventura oferece o Ensino Fundamental de oito anos e o Ensino Fundamental de nove anos de duração.
O Projeto PolíticoPedagógica do DEEC tem como objetivo geral delinear os rumos de uma educação básica de qualidade intimamente articulada ao compromisso sócio-político, comprometido com a formação do cidadão participativo, compromissado, crítico e criativo ligado aos interesses reais e coletivos da clientela escolar e da comunidade.
Na Fundamentação Teórica, o DEEC fundamenta sua prática pedagógica numa visão construtivista-sócio-interacionista.
A Avaliação do Rendimento é somativa e tem como objetivo, diagnosticar a situação da aprendizagem do educando para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica.

Nilva Alves da Silva
Presidente do C.M.E
Jacundá-Pará

III. PARECER E VOTO DA RELATORA

Em face do exposto, o Parecer é por aprovar a referida proposta de nucleação.

Conselho Municipal de Educação de Jacundá em 18 de março de 2010.

Nilva Alves da Silva
Presidente do C.M.E
Jacundá-Pará